



Anais da Assembléia

Nº 157

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 241ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Augusto Carneiro.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 332/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 33/77, ex-Proposição número 273/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento, e a SUDESUL, objetivando realização de cursos de treinamento no âmbito da Administração Municipal no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 30, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 253/77. Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 242ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Do Senhor Governador do Estado, sob o número 194/77, comunicando haver sido VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei número:

83/77: Oriundo de Mensagem Governamental, que visa instituir o Fundo Paranaense de Mineração e constitui a Empresa Minerais do Paraná S/A — MINEROPAR.

O Veto Parcial aposto incidido sobre as disposições constantes dos parágrafos 1º e 2º do artigo 6º, parágrafo único do art. 8º e parágrafo único do art. 10. — À C.C.J.

OFÍCIO Nº 266/77

Curitiba, 29 de novembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho o prazer de designar os Senhores Deputado Luiz Gabriel Sampaio, Erondy Silvério e Gilberto Carvalho para compor a Comissão Especial que examinará Emenda Constitucional que acrescente novo artigo às Disposições Transitórias da Constituição Estadual do Paraná.

Reitero a Vossa Excelência, na oportunidade, meus protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Deputado LUIZ ROBERTO SOARES
Líder do Governo da Arena

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais e com respaldo do Plenário, requer regime de urgência para o Projeto de Lei número 128/77, que visa doar ao Município de Teixeira Soares, uma área de terra de propriedade do Estado.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, usando das suas prerrogativas regimentais, ouvido o Plenário, requer a consagração em ata de um voto de regozijo pelo transcurso, no último dia 28 do corrente, do 16º aniversário de Emancipação do Município de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU.

O regozijo é justificável, porquanto, paralelamente, aos festejos comemorativos da efeméride, foi inaugurado o Fórum local e instalada a Comarca com a presença das mais altas autoridades do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

O Município de São Miguel do Iguaçu, exemplo de progresso, recebeu do seu Prefeito Municipal, Sr. ALBINO BISSOLOTTI, numerosas obras cuja inauguração constituiu-se no ponto alto das comemorações.

É meritório que o Poder Legislativo do Estado do Paraná consigne este voto de regozijo e do inteiro teor se dê ciência ao Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer, na forma regimental, a inserção em ata de voto de regozijo pelo transcurso do 23º aniversário de emancipação política do Município de Engenheiro Beltrão.

A região ostentava matas bravias e não havia meios de penetração e comunicação a não ser espreçadas trilhas na floresta, começavam a chegar as primeiras famílias. Eram os pioneiros, denominação que se tornou vulgar em todo o Norte do Paraná para quantos, verdadeiras almas de bandeirantes, se entranhavam no sertão desbravando a selva virgem, para a cultura dos cereais próprios da região, dentre eles podemos citar Francisco Teodoro, Manoel de Andrade, João Xavier Padilha e outros.

Com o correr dos tempos, chegavam outras famílias que muito contribuíram para a grande expansão demográfica e o desbravamento das terras férteis de Engenheiro Beltrão, que recebeu esta denominação, em homenagem prestada a seu fundador, Dr. FRANCISCO GUTIERREZ BELTRÃO, Diretor da Sociedade Técnica e Colonizadora "Engenheiro Beltrão Ltda."

Foi Engenheiro Beltrão elevado a Distrito Administrativo e Judiciário, pela Lei número 615, três anos após de sua elevação à categoria de Distrito, foi elevada à cidade sede do novo Município de Engenheiro Beltrão, formado com territórios desmembrados de Peabirú, pela Lei Estadual número 253, a 26 de novembro de 1954.

Sua área territorial é de 441,78 quilômetros quadrados sua população de 37.397 habitantes, altitude de 537,77 metros acima do nível do mar, contando com 10.230 eleitores e cinco (5) Distritos. Sendo sua principal cultura a soja, seguida do café, trigo, algodão, milho, arroz, feijão, destancando-se também a pecuária.

Engenheiro Beltrão desponta no cenário do Paraná de modo notável, caminha a passos largos em busca de horizontes mais amplos, povo dinâmico e ávido de progresso na grande jornada de sua consolidação econômica.

Pede-se, também, que a decisão da Casa seja comunicada ao Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de congratulações pela promoção do General SAMUEL CORREA ALVES a General de quatro estrelas.

Tal medida se justifica pela longa e brilhante folha de serviços que o General Samuel vem prestando à Instituição que serve à Pátria. Ao longo de quase quatro décadas, o General Samuel Correa Alves tem prestado relevantes serviços ao Exército Nacional nos diversos cargos que ocupou, contribuindo, decisivamente, por sua atuação serena e decidida, nos momentos cruciais para a vida nacional. Sua fidalguia no trato com os Poderes Executivo e Legislativo no Estado do Paraná, quando ocupou a função de comandante da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão do Exército, fizeram-no credor da admiração dos paranaenses. Pessoalmente, nas entrevistas que manteve com Sua Excelência pude constatar seu profundo senso de justiça, seu apegado amor à Democracia, sua Fidelidade aos ideais que norteiam a ação de todos os homens bem intencionados, o combate à corrupção e à subversão, apanágios da Revolução de 1964.

Assim sendo, justo é que esta Casa do Povo paranaense se rejubile pela promoção do General Samuel ao mais alto patamar da carreira militar, comunicando a decisão desta Assembléia à Sua Excelência o General Ernesto Geisel, DD. Presidente da República, e ao alto comando do Exército Nacional, bem como ao homenageado, General Samuel Correa Alves, Vice-Diretor do Departamento de Ensino e Pesquisas do Exército.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, a inserção em ata de votos de congratulações ao jornalista Laertes Moreira e ao jornal "Gazeta do Povo", pela regularidade e pela importância da veiculação da página INTERIOR EM FOCO.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Laertes Moreira vem divulgando o desenvolvimento do Paraná, inserindo regularmente no jornal "Gazeta do Povo", a página de sua responsabilidade "INTERIOR EM FOCO". Tal atividade, por exigir o deslocamento do editor para as mais distintas regiões paranaenses, lhe confere uma ampla visão tanto das potencialidades interioranas como de suas necessidades. Realmente, é através de "Interior em Foco", que tomamos conhecimento de diversos ângulos do processo do crescimento do Estado.

É justo que esta Casa ressalte o trabalho de Laertes Moreira, incentivando-o a persistir em sua missão, cujo escopo maior, é, sem dúvida, realçar a substancial participação de nossos municípios, no enriquecimento do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, dentro de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido na ata desta sessão, votos de congratulações à cidade de Santa Helena e seu Município, por hoje transcorrer mais um aniversário festivo.

São nove anos de orgulho e júbilo aos homens da terra que por coragem e confiança lutaram para o progresso deste município.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, requer a Vossa Excelência, que se encaminhe um voto de congratulações a AFAPAR — Associação do Ferro e Aço do Paraná, que fará realizar em nossa Capital, de 1 a 4 de dezembro vindouro, o I Seminário Siderúrgico do Sul do País, com a participação dos organismos oficiais que coordenam a política siderúrgica brasileira, empresas estatais, associações e indústrias do setor.

Requer outrossim, após aprovação do presente, se dê ciência do presente ao Senhor José Maria Font Juliá, Secretário Executivo da AFAPAR.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente, requerer que, ouvido o Plenário, seja registrado em ata um voto de louvor ao Município de Nova Cantu pela passagem do 13º aniversário de sua emancipação política.

O louvor é maior notadamente quando aquele progressista município experimenta hoje uma administração séria e capaz, dirigida pelo Prefeito Rubens Vieira Lopes.

Requer também que, aprovado o presente requerimento, dele se dê conhecimento formal às autoridades municipais, especialmente ao Prefeito e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, tem a honra de indicar, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito do IPE (Instituto de Previdência Social do Estado), os Senhores Deputados Erondy Silvério, Gabriel Manoel, David Federmann e Francisco Escorsin.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES — Líder da ARENA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no Plano Estadual de Pavimentação, o acesso de Cafelândia à BR-369 (Rodovia que liga Campo Mourão a Cascavel), numa extensão aproximada de 15 (quinze) quilômetros.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1977.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um curto trecho, que entretanto trará grandes benefícios aos moradores e agricultores de Cafelândia, que poderão se utilizar do trecho pavimentado, para escoar seus produtos, além de facilitar grandemente o acesso até Cascavel, centro do qual se utilizam com frequência para suas negociações.

Esta é uma aspiração antiga dos moradores de Cafelândia, que vêem com grande esperança a possibilidade de pavimentação daquele trecho que sem dúvida, incentivará os ânimos dos comerciantes e agricultores daquela região, que teriam então maior estímulo na contribuição do progresso e desenvolvimento de nosso Estado.

Necessário se faz lembrar que Cafelândia é grande produtora de soja e trigo, e onde se acham instaladas várias cooperati-

vas, e que, pela sua produção, que muito contribui para a receita do Estado, nada mais justo que se devolva uma pequena parcela, pavimentando este curto trecho. Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais desta Assembléia Legislativa a Resolução número 03, de 12 de outubro de 1977, baixada pela Secretaria do Interior deste Estado e a Portaria número 03/77 - ARH SEIN da Superintendência Administrativa de Recursos Hídricos, deste Estado.

RESOLUÇÃO NÚMERO 03 — de 12 de outubro de 1977

O Conselho de Administração da "ARH" — Administração de Recursos Hídricos, usando da atribuição que lhe confere a letra "d" do art. 2º do Decreto Estadual número 973, de 24 de setembro de 1975.

RESOLVE:

Art. 1º — Aprovar a Minuta da Portaria número 03/77-ARH, da Superintendência da Administração de Recursos Hídricos, que enquadra os cursos d'água e seus afluentes, pertencentes à Bacia Hidrográfica do Tibagi, no Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

PORTARIA NÚMERO 03/77 - ARH/SEIN

O Superintendente da Administração de Recursos Hídricos - ARH, da Secretaria de Estado do Interior "SEIN", no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da Lei Estadual número 6513, de 18 de dezembro de 1973 e tendo em vista o Decreto Lei Federal número 1413, de 14 de agosto de 1975 e o Decreto Federal número 76.389, de 03 de outubro de 1975 e,

— Considerando que a Portaria /GM Nº 0013 de 15 de janeiro de 1976, do Ministério do Interior, classifica os cursos d'água interiores segundo o seu uso preponderante em quatro classes no Território Nacional;

— Considerando que o item IV, letra "d" da Portaria supra mencionada determina que o enquadramento na classificação dos cursos d'água estaduais, será realizado pelo órgão estadual competente,

RESOLVE:

enquadrar os seguintes cursos d'água da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi, no Estado do Paraná.

— Rio TIBAGI, de suas nascentes até a foz com o rio Paranapanema classe "2"

— Rio HARMONIA, e seus afluentes contribuinte da margem direita do Rio Tibagi, de suas nascentes até a barragem pertencente à Indústria Klabin do Paraná de Celulose S/A, localizado em Harmonia — Fazenda Monte Alegre ... classe "2"

— Rio VERDE, formador do rio Pitangui e seus afluentes, de suas nascentes até a foz do rio Pitangui classe "3"

— Rio BOTUQUARA e seus afluentes, contribuinte da margem direita do Rio Tibagi, de suas nascentes até sua foz classe "3"

— Rio CARÁ-CARÁ e seus afluentes, contribuinte da margem direita do rio Tibagi, de suas nascentes até a foz classe "3"

— Ribeirão TRÊS BOCAS e seus afluentes, contribuinte da margem esquerda do rio Tibagi, de suas nascentes até a foz classe "3"

— Ribeirão JACUTINGA e seus afluentes, contribuinte da margem esquerda do rio Tibagi, de suas nascentes até a foz classe "3"

— Rio HARMONIA, contribuinte da margem direita do rio Tibagi, da barragem pertencente à Indústria Klabin do Paraná de Celulose S/A, localizada em Harmonia — Fazenda

Monte Alegre, até sua foz classe "4"

— Todos os demais afluentes de ambas as margens do Rio Tibagi, de suas nascentes até a sua foz classe "2"

Requer, outrossim, do fato seja dado conhecimento ao Senhor NOEL LOBO GUIMARÃES, Presidente da ARH e ao Engenheiro JURIMAR CAVICHIOLO, Superintendente.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o Plenário, seja feita a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo publicado no Jornal "A Gazeta do Povo", do dia 25 de novembro do corrente ano, sob o título: ROMEU FELIPE BACELLAR.

Na matéria, o articulista Dr. Edmar Cordeiro Machado, bem apanha aspectos da vida pública do Dr. Romeu Felipe Bacellar, sendo a aludida transcrição, mais uma homenagem à este eminente homem, que hoje ocupa, para satisfação dos paranaenses, as elevadas funções de Presidente do Conselho de Administradores de Empresa para o Paraná e Santa Catarina.

Requer outrossim, se aprovado o presente requerimento, de seu inteiro teor seja dado conhecimento, ao Dr. ROMEU FELIPE BACELLAR, residente nesta Capital à Rua Martim Afonso, número 1197, e ao Dr. EDMAR CORDEIRO MACHADO, Juiz de Direito/Palácio da Justiça - Centro Cívico.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, cópia de inteiro teor do pronunciamento feito em sessão plenária desta data, através do qual, em nome do povo de Tibagi, reivindica a pavimentação da estrada que liga aquela cidade à Rodovia do Café.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(aa) ALFREDO GULIN e DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação e Cultura, Professor Francisco Borsari Netto, pleiteando a criação e instalação de Escola de Primeiro Grau, na sede do Santa Mônica Clube de Campo, localizado no Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

É realmente viável o funcionamento de uma escola de primeiro grau nas dependências do Santa Mônica Clube de Campo localizado no km 20 da rodovia Curitiba-São Paulo, vez que a entidade se dispõe a participar com a oferta de salas de aulas e instalações afins, além de substancial alimentação a professores e alunos. Ao Governo do Estado, caberia apenas a designação de pessoal docente. Por outro lado, é elogiável, sobretudo sob os aspectos humano e educacional, a disposição do Santa Mônica Clube de Campo em manter estabelecimento de ensino para o atendimento de dezenas de crianças em idade escolar, notadamente, filhos de funcionários e outras que prestam os mais diferentes serviços àquela tradicional entidade. Tal iniciativa, pelo seu ineditismo, resultaria no surgimento

de escola-modelo dentro da rede oficial de ensino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que seja encaminhado apelo ao Ilustríssimo Senhor José Maria Azevedo, Digníssimo Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, no sentido de que determine providências para a abolição da exigência de atestados de vida às pensionistas daquela autarquia, que recebem diretamente na tesouraria, as suas pensões, só o fazendo para aquelas que substabeleceram procurações.

Além de acarretar sérios transtornos às pensionistas, que têm que comprovar sua existência por atestados fornecidos por uma autoridade policial, o que já se constitui em aberração, esta exigência poderá ser perfeitamente substituída pela carteira de identidade, apresentada na hora do recebimento da mencionada pensão.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Francisco Borsari Netto, da Educação e Cultura, solicitando providências quanto à iminente extinção do Colégio São José, situado na sede do Município de Paranaguá.

O Colégio São José, de propriedade de Irmandade religiosa, conta atualmente com cerca de 700 alunos, distribuídos entre o primeiro e segundo grau e cursos profissionalizantes.

A existência desse colégio, tradicional estabelecimento de ensino do litoral paranaense, constitui uma das condições fundamentais para o atendimento da demanda escolar, em especial em Paranaguá.

Todavia, em reunião recente com pais de alunos, a Irmandade responsável pelo colégio comunicou a intenção de extinguí-lo e alienar o imóvel onde se localiza à Prefeitura Municipal.

Como é curial, essa decisão está provocando apreensão em todos aqueles cujos filhos estão matriculados no Colégio São José.

Nesses termos, não pode a Secretaria da Educação e Cultura deixar de adotar uma providência não só que tranqüilize parte da população de Paranaguá, como também assegure a continuidade de estudos por parte, pelo menos, dos que no Colégio São José atualmente se acham matriculados.

Pede-se que seja encaminhada cópia autêntica deste requerimento.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, se digne esta Assembléia de encaminhar expedientes ao Sr. Governador do Estado, e aos Exmos. Srs. Secretários dos Recursos Humanos e da Educação e Cultura formulando os seguintes apelos e sugestões:

1 — Que se determine providências no sentido de, na mensagem que está por ser enviada a esta Assembléia, concedendo aumento de vencimentos ao funcionalismo estadual, incluir-se dispositivo especial estabelecendo que se estenda aos professores inativos todas as vantagens e benefícios que, pelo "Estatuto do Magistério", foram conferidos aos professores em atividade.

2 — Que se suspenda a exigência de o professor inativo

apresentar-se pessoalmente ou através de procurador junto à Secretaria dos Recursos Humanos, para provar que se mantém vivo, delegando essa atribuição ao Banco do Estado do Paraná S/A., por ocasião do pagamento da aposentadoria ao inativo.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

JUSTIFICATIVA:

EM DEFESA DO PROFESSOR INATIVO

Senhor Presidente.

Senhores Deputados:

Quando da votação do "Estatuto do Magistério" por esta Assembléia, a bancada do MDB apresentou emenda estendendo todos os benefícios daquele diploma a ser aprovado aos professores inativos do Estado.

A emenda foi aprovada ao obter mais que o número mínimo de votos necessários, que é de 28. Isto porque contou, na ocasião, com a adesão dos eminentes Deputados componentes da bancada da ARENA.

O Sr. Governador Jayme Canet Júnior VETOU a todas as emendas apresentadas pela bancada do MDB e que procuravam corrigir os erros e desacertos do projeto original e do seu substitutivo. Portanto, o Sr. Governador Jayme Canet Júnior vetou também o artigo que estendia aos inativos todas as vantagens que foram ou que fossem concedidas ao pessoal da ativa.

Para que o veto do Sr. Governador fosse derrubado por esta Assembléia, conforme disposição constitucional, haveria necessidade do voto de dois terços (2/3) dos deputados presentes à sessão, constando o "quorum" mínimo de 28 parlamentares.

A bancada do MDB manteve a sua posição e, sob o testemunho ocular dos professores paranaenses que lotaram as nossas galerias, lutou ardorosamente para derrubar aquele veto e, portanto, fazer justiça aos esquecidos e injustiçados professores inativos do Paraná.

Mas somente a bancada do MDB não era suficiente para vencer a insensibilidade do Senhor Governador Jayme Canet Júnior, pois que possui número de deputados inferior ao que possui a bancada da ARENA.

E a bancada da ARENA, quando da discussão desse e dos demais vetos, mudou completamente de posição. Negou o que antes afirmara. E, procurando servir unicamente ao Governador Jayme Canet Júnior, prejudicou sensivelmente aos professores inativos do nosso Estado.

A bancada da ARENA, naquela ocasião, votou a favor e, portanto, contra os professores.

A bancada do MDB votou contra os vetos, e, portanto, a favor dos professores.

Por causa dessa atitude insensível e desumana do Senhor Governador Jayme Canet Júnior, avalizada pela bancada da ARENA nesta Assembléia, a situação dos professores inativos do Paraná continuou triste e terrivelmente injustiçada.

A situação dos professores inativos é uma situação de penúria. É uma situação de humilhação. Esgotados na dura lida do ensino, a que dedicaram os melhores anos de sua vida e todo o seu vigor físico e intelectual, os inativos passam necessidade na velhice. Não ganham o suficiente para viver. Não são reconhecidos pelo muito que fizeram.

Os atuais inativos foram os professores de deputados, juízes, desembargadores, secretários de Estado e até do próprio Governador, se é que ele estudou em escola pública.

Recebem pouco e, para receber, são obrigados a enfrentar dificuldades e a passar por situações vexaminosas.

Por exemplo, para os inativos do ensino médio, para efeito de sua aposentadoria, o valor de suas aulas suplementares foi congelado. Há inativo recebendo a sua aposentadoria na base de Cr\$ 1,70 por aula, quando a aula suplementar está sendo paga hoje, a Cr\$ 37,60.

E para receber esse pouco, o professor inativo está obrigado a provar, duas vezes por ano, que ainda está vivo. Isto por exigência da Secretaria dos Recursos Humanos.

Eis uma eloquente depoimento de um inativo, em carta que nos enviou:

"Há poucos dias lhe escrevi comentando sobre a exigência que a Secretaria dos Recursos Humanos vem impondo aos inativos. Disse-lhe naquela ocasião que, antigamente, era suficiente um atestado de vida fornecido pela Delegacia de Polícia e tudo estava resolvido. Isto apenas uma vez por ano. Agora exigem duas vezes por ano, em que consiste: pode o inativo ir a Curitiba e apresentar-se à Secretaria munido da Carteira de Identidade ou passar uma procuração a alguém para a referida pessoa fazer junto à Secretaria essa prova. No primeiro caso, a pessoa gasta a viagem, além do sofrimento. No segundo, vem a despesa de cartório com procuração, fotocópia da Identidade, despesa de envelopes, registro da carta etc. Optei pelo último o que me levou a uma despesa de oitenta cruzeiros".

Acrescenta o professor:

"O funcionário inativo já ganha pouco. O custo de vida subindo a cada dia. Já pensou, meu caro Deputado, se esta Secretaria resolve por esta exigência três ou quatro vezes por ano? Disse-me um colega que foi a Curitiba, viajando durante a noite, e regressando na noite seguinte. Portanto, duas noites sem dormir e teve de enfrentar uma fila grande. Nesta fila estavam velhinhos aposentados, cansados e que foram lá simplesmente para não perder seus vencimentos. Disse-me ainda este colega que aposentados de Londrina já tiveram seus vencimentos cortados por não se apresentarem na época estabelecida".

E, demonstrando lucidez que não tem a administração estadual, aquele professor aponta a solução para o problema:

"Se temos Inspetoria do Ensino em Londrina ou mesmo que não tivéssemos, será que a Secretaria dos Recursos Humanos não tem um meio mais econômico, mais fácil, para não ocorrer essa deslocação absurda dos aposentados do interior, só para justificar que ainda se encontram vivos? O próprio Banco do Estado do Paraná, onde já são depositados os vencimentos dos inativos e de outros funcionários, não serviria para justificar? Se o dinheiro lhe é depositado e o mesmo não retira é porque já faleceu e não precisa do dinheiro. Neste caso, cabe ao Banco informar à Secretaria que o cidadão já não mais existe. O dinheiro não sendo retirado não há dúvida de que o mesmo faleceu. No caso do Banco, que é uma sugestão apenas, o funcionário inativo terá que se apresentar munido da Carteira de Identidade ou mesmo de procuração, visto que pode ocorrer de um cidadão ou de uma anciã estar na casa de um filho distante da cidade onde lhe é enviado o dinheiro".

Senhor Presidente,

Senhores Deputados:

Há poucos dias o Senhor Secretário dos Recursos Humanos falou à imprensa para dizer que o funcionalismo público estadual teria aumento de seus vencimentos a partir de primeiro de janeiro. Ocorre que esta Assembléia, por força legal, entra em recesso a partir do dia 6 de dezembro próximo. Temos, portanto, menos de 20 dias de sessões e até hoje não chegou a esta Casa a mensagem do Sr. Governador tratando do aumento de vencimentos dos funcionários.

Se a mensagem chegar apenas em janeiro, só poder-se-á ser apreciada em março, quando serão reiniciados os trabalhos legislativos.

Assim, espero que, para cumprir o prometido pelo Senhor Secretário dos Recursos Humanos, essa Mensagem chegue até esta Assembléia ainda esta semana para que, apreciada e votada com a urgência requerida, possam os funcionários receberem com o aumento a partir de janeiro.

Mas quero aproveitar para, desta tribuna, encarecer ao Senhor Governador Jayme Canet Júnior que repare a injustiça

cometida contra os professores inativos do Estado e, nessa Mensagem, determine a inclusão de artigo especial estendendo aos inativos as mesmas vantagens e os mesmos benefícios que são conferidos aos professores em atividade.

Quero encarecer também ao Sr. Governador para que determine a suspensão das exigências absurdas da Secretaria dos Recursos Humanos para que os inativos provejam que continuem vivos, para poderem receber sua aposentadoria.

Neste sentido, pedimos e requeremos o encaminhamento desse expediente àquelas autoridades mencionadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer que, ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Exmos. Srs. Secretários da Educação e Cultura e dos Recursos Humanos registrando e encarecendo pronto atendimento para as seguintes solicitações formais e solenes desta Assembléia:

1 — Que se conclua e se divulgue amplamente, ainda neste ano de 1977, o REGULAMENTO DO CONCURSO PARA PROFESSORES e demais funções do Quadro Próprio do Magistério, que inevitavelmente terá que ser realizado no próximo ano de 1978.

Há muitos anos esse concurso não é realizado no Paraná. E, pelo "Estatuto do Magistério" as vagas devem ser preenchidas por concurso, recorrendo-se a pessoal contratado pelo regime da C.L.T. somente na ausência de concursados.

Ocorre que existem em nosso Estado milhares de professores suplementaristas prestando serviços e esperando ansiosamente por esse concurso, que lhes oferecerá pelo menos a segurança necessária em sua carreira.

A divulgação ampla e bem antecipada evitará favoritismos e apadrinhamentos, garantindo-se a todos, indistintamente, iguais condições de participação, ao mesmo tempo em que concederá tempo suficiente para a preparação da documentação exigida.

Ao lado dessa ampla e antecipada divulgação do regulamento, DEVE-SE FIXAR DESDE LOGO A DATA DO CONCURSO.

2 — Que sejam determinados desde logo os estudos necessários para a imprescindível e imediata reformulação do "Estatuto do Magistério", que não está atendendo nem à educação e nem ao educador, concedendo-se audiência, durante esses estudos, aos legítimos representantes da classe dos professores.

3 — Que se proceda desde já a uma reformulação do "Quadro Próprio do Magistério", ampliando-se o número de cargos para satisfazer às necessidades do ensino, eis que o número atual é insuficiente.

Que essa reformulação, que deve ser imediata, compreenda sobretudo a Tabela de Vencimentos, a qual impõe injusto e desumano REBAIXAMENTO SALARIAL. Assim é que, a permanecer a atual Tabela, os professores paranaenses sofrerão redução em sua remuneração a partir do próximo ano, o que é de todo condenável.

Vejamos apenas dois exemplos muito eloquentes:

a) — atualmente, um professor de nível 20, recebe pelo padrão (dez aulas) a quantia de Cr\$ 2.250,00, mais Cr\$ 1.650,00 por 12 aulas suplementares, totalizando um salário mensal de Cr\$ 3.810,00. Ora, como o Governo definiu seus vencimentos para 1978 em Cr\$ 2.861,00, verifica-se que um docente nessas circunstâncias TERÁ SEU TETO SALARIAL DIMINUÍDO EM Cr\$ 949,00.

b) — da mesma forma, quem está no nível 21, recebe pelo padrão a quantia de Cr\$ 2.464,00, mais Cr\$ 1.560,00 correspondentes a 12 aulas suplementares, a que tem direito, perfazendo um salário de Cr\$ 4.024,00 mensais. Tendo seus vencimentos para 1978 fixados em Cr\$ 2.861,00, conclui-se

que um docente nessa situação terá seu teto salarial absurdamente rebaixado em Cr\$ 1.163,00.

Enfim, a prevalecer essa Tabela de Vencimentos, todos os professores paranaenses ganharão, no próximo ano, menos do que ganham atualmente.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 166/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Sociedade de Assistência Social Nossa Senhora das Brotas", com sede e foro na cidade de Piraí do Sul.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Piraí do Sul, no campo da filantropia e assistência social.

A cópia dos Estatutos Sociais que anexamos ao presente comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

PROJETO DE LEI NÚMERO 167/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica criado, no Município de Jardim Alegre, o Distrito Administrativo de Lindianópolis, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa na Barra do Ribeirão da Barra Preta, no Rio Ivaí, descendo por este Rio Ivaí até a Barra do Ribeirão do Guaretá, seguindo por este acima, até a Barra do Córrego "Toucinho Assado", segue por este córrego até sua cabeceira, daí por uma linha seca até a cabeceira do Córrego Capelinha, segue por este abaixo até sua foz no Ribeirão da Barra Preta, seguindo por este abaixo até sua foz, no Rio Ivaí, ponto de partida."

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Jardim Alegre, localizado na região do Vale do Ivaí, é um dos municípios que vem se destacando através do expressivo desenvolvimento no setor agrícola, econômico e social de nosso Estado.

Face a esse desenvolvimento, a sua estrutura administrativa está a exigir também certas modificações, a fim de que possa o município atender com melhores condições as crescentes necessidades que tal progresso vem ocasionando.

Neste sentido, o Poder Legislativo Municipal de Jardim Alegre, aprovou a Lei Municipal número 23/77, de 08/09/77, que anexamos ao presente, autorizando o Executivo Municipal a representar junto a esta Assembléia Legislativa para a criação através de Lei Estadual, do Distrito de Lindianópolis, que ora estamos propondo a esta Casa.

Outra razão para a apresentação do presente plano de lei, vem a ser a de sanar a distorção que a Lei número 5087 de 19/04/65, ocasionou, transferindo a sede do Distrito Judiciário de Ubá do Sul, para o Patrimônio de Lindianópolis.

Com a criação do Distrito de Lindianópolis, cujas divisas irão abranger o atual Distrito Administrativo de Ubá do Sul, estará solucionado definitivamente o problema que vem ocor-

rendo naquela localidade, que vem a ser o de estar a sede Administrativa situada em lugar diverso da sede Judiciária

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI NÚMERO 168/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S.", com sede e foro na cidade de Porecatu.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Porecatu, recebendo o reconhecimento público municipal através da Lei número 390 de 05/11/74.

Com finalidade, exclusivamente, voltada para a assistência e à filantropia, possui todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria, conforme a cópia dos Estatutos Sociais, devidamente registrado que anexamos ao presente.

Com isso esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Questão de ordem).

Sr. Presidente, ontem, no Pequeno Expediente, ocupava a tribuna o Sr. Deputado Nelson Buffara.

Tão logo o Deputado deixou a tribuna, eu saí aqui ao lado para atender a um Prefeito, quando foi suspensa a sessão por falta de composição da Mesa. Não foi nenhuma chamada.

Portanto, solicito à Presidência seja constatada a minha presença.

O SR. PRESIDENTE — O Presidente, ausente da sessão de ontem, tem que se louvar nas informações do Sr. 1o. Secretário que informa haver sido procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados durante a sessão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Questão de ordem, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Ernesto Gnoato assumiu a Presidência e depois a abriu, a sessão foi suspensa, quando o Sr. Deputado Werner Wanderer deveria usar da tribuna, saindo da Mesa.

Aí o Sr. Deputado Erondy Silvério levantou questão de ordem uma vez que a Mesa estava composta, e foi suspensa a sessão, sem chamada.

O SR. ERNESTO GNOATO — Questão de Ordem. O que o Deputado Gilberto Carvalho disse é a realidade. Não houve chamada nominal.

Mas eu solicitei do Sr. Secretário que acatasse a presença dos Srs. Deputados com a presença da Portaria.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência vai levar em consideração a questão de ordem do eminente Deputado Gilberto Carvalho.

E confessa a Presidência que tem usado nos presentes casos o que estatui o § 2o. do Art. 194 do Regimento Interno. — O dispositivo legal não autoriza a Comissão Executiva a abonar faltas aos Srs. Deputados mesmo que justificadas, quando a

ausência do Sr. Deputado determina o adiamento da Ordem do Dia ou a interrupção por falta de número.

Todavia, a questão de ordem do Sr. Deputado será levada em consideração.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Estivemos na Festa do Trigo em Tibagi, a convite do eminente Prefeito Homero Talevi Campos e também, das demais autoridades daquele município.

O que vimos muito nos orgulhou e surpreendeu. Surpreendeu porque nota-se ter o Município de Tibagi centenário e histórico, mudado seu perfil econômico.

Hoje Tibagi não é mais aquele centro histórico tão somente, apenas produtor de gado e de algumas toneladas de cereais.

Não, Tibagi é agora um dos mais pujantes centros agropecuários do Paraná,

Neste ano agrícola, 1976/77, Tibagi produziu nada menos que 15 mil toneladas de trigo, 45 mil toneladas de soja, além de uma significativa produção de arroz; ostenta ainda um rebanho de 75 mil cabeças de gado, um dos maiores da micro região dos Campos Gerais.

Tabagi marcou um encontro com a agricultura avançada, mecanizando a exploração de sua lavoura.

Tanto assim que, um alqueire de terra no município, hoje está apregoado entre 30 e 60 mil cruzeiros.

Por toda parte observam-se os tratores, as colhedoras, os implementos de distribuição de calcário, aplicação de adubo e defensivos.

Na festa do trigo, realizada no último domingo, desfilarão soberbos os operadores das grandes máquinas agrícolas.

Uma coluna interminável de grandes equipamentos mecânicos, demonstram, o casamento da técnica com o progresso, aliviando o braço humano e aumentando a produção.

Ao lado das promoções, do churrasco, do rodeio, o lugar para o culto à beleza, assistimos ainda a escolha da Rainha do Trigo, num desfile de belas moças da sociedade tigiense.

Em contato com os líderes da Cooperativa Batavo, com Vereadores, com os líderes das classes produtoras, foi-nos contado muito sobre a Tibagi de nossos dias, inteiramente nova.

Hoje Tibagi é um município que gera a riqueza para o Paraná e o Brasil.

Por isso, o seu povo se julga no direito de receber a justa compensação por parte do Governo.

Entre as principais reivindicações do povo de Tibagi, está a pavimentação da estrada que liga à Rodovia do Café.

São cerca de 43 quilômetros que fazem parte de uma rodovia federal já construída em outras regiões — a Transbrasiliana.

Pois bem, Tibagi deseja a Transbrasiliana com o asfalto de ligação entre sua sede e Rodovia do Café, a fim de poder escoar suas riquezas e aumentar a renda que gera para os cofres estaduais e federais.

Assim sendo, apelamos ao Senhor Governador Jayme Canet Júnior, para que determine imediatos estudos por parte da Secretaria dos Transportes, para que, em convênio com o Governo Federal, mediante composição de verbas estaduais e federais, inclua a pavimentação desse trecho de rodovia, como obra prioritária, a ser executada ainda na gestão do Governador Jayme Canet, que tem procurado dar uma ampla assistência

aos problemas prioritários do Estado, e em especial a obras rodoviárias, pois já pavimentou mais de 3.000 km de rodovias pelo Paraná afora, e temos certeza, de que agora, com o apoio do Governo Federal, como uma medida de inteira justiça ao povo tibatense, determinará a construção da Transbrasiliana para Tibagi.”

Sr. Presidente, apresento este requerimento à Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muitos Municípios da Região Metropolitana, os municípios que circundam Curitiba, têm dificuldades diversas.

Alguns por terem à testa do Executivo homens do meu Partido, do Movimento Democrático Brasileiro; outros, por contarem, talvez, com problemas maiores que os demais municípios que formam a Região Metropolitana de Curitiba.

O município a que vou me referir é o Município de Piraquara.

O Diretório Municipal do meu Partido neste município, enviou-nos um ofício, para que déssemos ciência nesta Assembléia do que se passa, do que tem acontecido naquele município.

O ofício encaminhado à nossa pessoa foi enviado também ao Deputado Nelson Maculan, do Congresso Nacional.

Desta forma, passo a ler o seguinte ofício, de muitos moradores daquele município limítrofe de Curitiba: (Lê)

“O Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro de Piraquara, consciente da responsabilidade assumida com o povo em colaborar com o seu progresso, realização e bem estar, resolve enviar esta mensagem ao Poder Legislativo Municipal, Estadual e a Câmara dos Deputados no Congresso Nacional.

Piraquara, cidade situada na encosta da serra do Mar, distante quatorze quilômetros a leste da Capital do Estado, faz parte da Região Metropolitana de Curitiba e conta, hoje, com aproximadamente trinta mil habitantes, dos quais doze mil são eleitores da terceira zona eleitoral.

Formam a administração municipal, o Prefeito e nove Vereadores, sendo o Prefeito e sete Vereadores da ARENA e dois do MDB.

Em nosso município nascem os rios que formam a cabeceira do Rio Iguaçu e que através de duas bombas de recalque, abastecem Curitiba.

Atualmente iniciam-se os trabalhos de construção da represa que irá servir como dique de regularização do Rio Iguaçu.

Sediamos vários órgãos do Governo Estadual, tais como: Penitenciária Central do Estado, Manicômio Judiciário, Hospital Colônia São Roque de Hansenianos, Hospital Adauto Botelho de Psiquiatria, Parque de Exposições Presidente Castelo Branco, Escola Correccional Queiroz Filho, além de estabelecimentos de ensino de 1o. e 2o. grau.

A população piraquarense é formada por funcionários públicos ou assalariados, na sua maioria, que buscam trabalho em estabelecimentos bancários, comerciais, industriais etc. em Curitiba, que pela condição de Capital, oferta de trabalho e pequena distância, absorve quase que toda a mão de obra de Piraquara.

Em suma, seríamos quase, por assim dizer, uma cidade-dormitório.

Piraquara atravessa uma das piores crises, para o povo, de seus 85 anos de Emancipação Política.

Os rios que não podem ser poluídos, os Hospitais, etc., impedem a industrialização do município; Curitiba atraindo trabalhadores e consumidores, são algumas das razões que fazem com que a Fazenda Municipal tenha como base da arrecadação o imposto Imobiliário.

A previsão orçamentária do Município para o ano de

1976 foi de Cr\$ 7.400.000,00 (sete milhões e quatrocentos mil cruzeiros) a de 1977 foi de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) e para isso os impostos imobiliários tiveram um aumento que em muitos casos atingiu o percentual igual ou superior a 500 por cento como prova o que segue: um lote comum medindo 12x30 metros passou de duzentos cruzeiros em 76 para um mil cruzeiros em 77.

Como serão os impostos no próximo ano se a previsão orçamentária foi triplicada, ou seja, Cr\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros)?

Como entender as razões que levam uma administração municipal a agir desta maneira, quando o Governo força o racionamento de combustíveis, manda o povo pechinchar, trocar frutas, legumes, para diminuir os gastos, enfim quando o Governo implora a economia para combater a inflação?

Como se pode agir assim com uma população que espera um ano por um aumento de salário mínimo de 43 por cento?

Como se pode elevar o imposto de um lote de 20x20 (vinte por vinte) metros com uma meia-água de madeira, medindo 3x7 (três por sete) metros de Cr\$ 124,00 (cento e vinte e quatro cruzeiros) em 1976, para Cr\$ 619,00 (seiscentos e dezenove cruzeiros) em 1977, nos arrabaldes e sem coleta de lixo?

Somos oposição mas somos brasileiros, brasileiros comprometidos com a política e portanto com o povo, por isso achamos-nos no direito de reclamar contra o que nos parece injusto.

Achamos necessário que haja uma fiscalização, por parte do Governo, junto aos municípios a fim de verificar se há, na realidade, combate à inflação, economia de combustíveis etc., por parte dos órgãos municipais.”

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta informar V. Exa., de que o tempo que lhe fora concedido, está esgotado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Concluirei em 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência concede a V. Exa., 30 segundos.

O SR. ADALBERTO DAROS — “No caso de Piraquara, parecemos que não há. Agir como se age aqui, é acaso combater a inflação?

O Diretório Municipal do MDB de Piraquara, vem por meio do presente solicitar dos representantes do povo, a colaboração com o povo e Governo, no sentido de verificar as condições legais que o caso requer, e fazer com que sejam conhecidos os responsáveis.

Para que os fatos se tornem conhecidos, esta mensagem está sendo encaminhada à Câmara Municipal de Piraquara, pelo Líder da Bancada do MDB, Vereador ORLANDO SANTANDER FRANCISCO, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através do Deputado Estadual Adalberto Daros, e à Câmara dos Deputados no Congresso Nacional, através do Deputado Federal Nelson Maculan.

Cremos na crítica construtiva, cremos no papel da Oposição, cremos na defesa dos interesses do povo por parte de seus representantes, situação ou oposição, somos o Brasil e o Brasil é feito por nós!

Atenciosamente,

Piraquara, 24 de novembro de 1977”)

Assinam, o Presidente e o Secretário do MDB, respectivamente.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Teria dois assuntos para abordar, mas o Sr. Presidente, hoje, está levando o problema do horário a sério, então, vou abordar os assuntos, por cima.

O primeiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que, estou encaminhando ao Sr. Superintendente do IPE, um requerimento, a fim de que ele revogue uma determinação em que é feita uma exigência de identificação, principalmente das pensionistas daquele Instituto.

Eu, muitas e muitas vezes, falando em programas de televisão, verberei a atitude do Sr. Secretário dos Recursos Humanos, em exigir Atestado de Vida para os pensionistas, principalmente às senhoras idosas, que vão ali receber uma miséria, uma pensão humilhante, e que para isto são obrigadas a levar Atestado de Vida para os pensionistas, principalmente às senhoras idosas, que vão ali receber uma miséria, uma pensão humilhante, e que para isso são obrigadas a levar Atestado de Vida, são obrigadas a fazer uma repartição policial, mensalmente, para obter este Atestado de Vida, para receberem aquela pensão.

É um verdadeiro absurdo!

Admite-se esta exigência, ou, admitir-se-ia esta exigência, em caso de procurador, ou procuradores das senhoras pensionistas.

Mas, no caso de a pensionista, pessoalmente comparecer ao guichê para receber a sua pensão, bastaria, ou basta, a carteira de identidade.

Nosso requerimento, por certo receberá a aprovação da Casa, porque além de justo, visa corrigir um desses absurdos que os tecnocratas conseguem implantar na administração pública, e que vêm sempre contra os interesses da população.

O segundo requerimento, Sr. Presidente, também dada a exiguidade do tempo, não nos permitimos à leitura, na íntegra.

Mas, é um apelo que fazemos ao Governador do Estado, para que estabeleça convênio com o Ministério da Agricultura, a fim de dar cumprimento à Lei número 6.275 de Decreto número 78.713, de 11 de novembro de 1976.

É o seguinte:

Há, na Lei 6.275, diversas exigências para os pequenos abatedouros de aves e animais.

Esta Lei, de 1961, jamais foi cumprida, mas agora, por pressão dos grandes frigoríficos, das companhias multinacionais, o DIPOA que é um órgão do Ministério da Agricultura, resolveu, há cerca de dois anos, até à presente data, cumprir determinado cumprimento da lei.

Resultado: os pequenos abatedouros de aves e animais, que empregam milhares e milhares de pessoas, que têm abastecido Curitiba e sua região metropolitana, sempre primando pela excelência de seus produtos, há 2 anos estão fechando por ordem do DIPOA; não têm condições financeiras de cumprir as determinações e exigências da Lei 6.712. Muito bem. O Congresso Nacional, em 1976, votou a Lei 5.760 que permite, através de convênio que essa fiscalização passe a ser exercida pelo Poder Executivo, ou pelas Prefeituras Municipais, bastante, tão somente a assinatura do respectivo convênio.

O Estado do Rio Grande do Sul e mais três ou quatro Estados o fizeram, entretanto, o Estado do Paraná, não sei porque cargas d'água, não sei, não conheço as razões do Governo, ainda não providenciou a celebração desse convênio.

Resultado: — Centenas e centenas de pequenos abatedouros, pequenos açougues, estão aí, passando por sérias dificuldades financeiras.

Admito que deve haver a fiscalização, rigorosa, quanto à qualidade, quanto à higiene dos produtos a serem consumidos pela população. Mas, daí, a determinação não muito convincente do DIPOA, a diferença vai muito longe.

Eu acho que, eu tenho quase certeza, que é a pressão das multinacionais, pelos grandes frigoríficos que estão determinando a situação que hoje estamos verificando com relação aos pequenos açougues e abatedouros.

O nosso apelo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também

vai consubstanciado no requerimento, para que o Governador Canet Júnior acabe, de uma vez por todas, com essa situação irregular, porque não me venha o Sr. Governador dizer que não tem recursos, porque está aí a Secretaria de Saúde Pública, praticamente ociosa, com enorme quadro de funcionários, que tem condições, perfeitas, de exercer a fiscalização quanto à higiene e quanto à qualidade dos produtos que, proventura, venham a ser abatidos nos pequenos açougues. É esse o nosso requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado às Suas Excelências os Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Agricultura, veemente apelo no sentido de que, à exemplo do que foi realizado no Estado do Rio Grande do Sul, o nosso Estado venha a celebrar convênio com a União, visando estabelecer medidas no território estadual concernentes a fiscalização industrial e sanitária, bem como a fixação de critérios a serem adotados por parte das pequenas e médias empresas, particularmente no setor de condições higiênico-sanitárias e tecnológicas dos produtos de origem animal.

De acordo com o estabelecido nas Leis 5.760 de 3/12/71 e 6.275, de 01/12/75, regulamentadas pelo Decreto Federal número 78.713 de 11/11/76, poderá o nosso Estado, após celebração de convênio, estabelecer sua própria regulamentação, mais condizente com as peculiaridades que são características da nossa região, e desta forma beneficiar os pequenos e médios abatedouros, que face a inexistência de tal convênio, estão passando por sérias dificuldades, em razão de serem obrigados a se adaptarem a certas exigências de caráter geral, estabelecidas para todo o território nacional e que nem sempre atendem as peculiaridades próprias e características de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977"

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, quinto orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Numa das sessões da semana que passou, o Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, fez pronunciamento a respeito do comportamento do delegado de Polícia de Medianeira, ao par de falar das condições da cadeia pública e da delegacia daquela cidade.

Tenho procurado ser bastante honesto aos meus propósitos e venho à tribuna, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dizer que estive neste final de semana, em Medianeira, e conversei, não só com as autoridades de Medianeira, mas, também, com o povo, com os homens representativos daquela região. E venho, hoje, para, publicamente, desta tribuna, conferir razão ao Deputado Ernesto Dal'Oglio. Realmente, o comportamento do Delegado de Polícia do Município de Medianeira não tem sido o correspondente à confiança depositada pelo Secretário de Segurança, naquele cidadão.

Devo, todavia, informar à Casa, que o Delegado de Polícia, que exerce as funções ao Município de Medianeira, é bacharel em direito, delegado de carreira, nomeado por concurso público; não foi escolhido através de preferências de nenhum político atuante, nem do Deputado, nem do Prefeito, nem do Vereador, nem do Diretório.

Realmente, levantei, naquela cidade de Medianeira que tenho a honra de representar nesta Casa, inúmeras irregularidades cometidas por aquela autoridade policial. E, me associo, hoje, às queixas do Deputado Ernesto Dal'Oglio e encaminharei, hoje, ao Sr. Secretário de Segurança do Estado do Paraná, relatório em que terei de fornecer as informações que colhi, pessoalmente, neste fim de semana naquela cidade.

E pedirei a substituição do Delegado de Polícia de Medianeira.

ra..Como jamais fiz, não indicarei seu substituto, apenas exigirei, em nome daquela coletividade, que se invista nas funções de Delegado de Polícia, daquele próspero município, um homem mais capaz, mais digno, mais honesto e que tenha um comportamento exemplar.

Apenas refuto desta tribuna as afirmações de que o Governo do Estado não tenha atendido nas instalações do setor de Segurança Pública aquele município.

Inaugurou-se lá e eu estive presente, não com pompas como se quis afirmar, sem nenhuma pompa, apenas uma solenidade simples, onde o povo cantou o Hino Nacional e desceramos uma fita ianugural, uma das melhores Delegacias implantadas no interior do Estado do Paraná.

É modelo de instalação, para uma Delegacia e Cadeia Pública.

As instalações existem; há deficiência de pessoal. E, peço desta tribuna e farei através de expediente meu e haverei de capear as denúncias do Deputado Ernesto Dal'Oglio ao meu pedido, para que se substitua, com urgência, o Delegado de Polícia de Medianeira, para que lá volte a reinar, no setor de Segurança Pública a ordem e a tranqüilidade.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Concedo a palavra, ao quinto orador inscrito, no Pequeno Expediente., Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para encaminhar à Mesa requerimento do seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, requer seja inserido em ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor à CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE GOIOERÊ, destacadamente, aos Vereadores JOSÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE e GEORGE GONÇALVES PAIVA, pelo fato de haverem iniciado a campanha tão esperada de IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIAS EM GOIOERÊ, em reunião daquela edilidade no dia 17 de novembro de 1977.

Requer, finalmente, seja, tendo sido aprovado este, dado ciência àquele órgão.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) Jayme Rodrigues Carvalho.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha região é eminentemente agrícola, com condições de implantação de indústrias.

Acontece que, com a destocagem da terra, onde entra a máquina e entra o boi tem que sair o homem; e o povo da minha região tem saído da cidade, indo para diversas partes do país.

E nós tememos que Goioerê vire num deserto.

E eu faço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a justificativa desse requerimento, com um artigo que saiu hoje, no jornal “Gazeta do Povo”, com o nome: “Progresso industrial em Goioerê”. (Lê):

“Passando por uma fase de grande desenvolvimento, o Município de Goioerê, no Norte do Estado, tem como uma de suas metas prioritárias, a implantação programada de indústrias. Nesse sentido, realizou-se, no último dia 17, movimentada reunião na Câmara Municipal daquela cidade, onde participaram diversas pessoas especialmente convidadas, debatendo as possibilidades de futura industrialização do município.

Todas as forças vivas da comunidade, visando ao progresso e desenvolvimento do município, estão empenhadas na elaboração de planos que venham viabilizar tais aspirações.

Desta maneira, a reunião, convocada pelo Presidente do Legislativo Municipal, Leonildo de Souza Grotta, partiu em atendimento a solicitação dos Vereadores José de Albuquerque Cavalcante e George Gonçalves Paiva, bem como visto o interes-

se, já manifestado, do Governo do Estado em estimular ali a industrialização.

PLANO DIRETOR.

A implantação de indústrias no Município de Goioerê, assunto há muito debatido na região, já conta com um Plano Diretor elaborado pelo Governo Estadual, contendo a melhor localização para as futuras indústrias e ainda, considerações sobre a infra-estrutura necessária.

É esperada para os próximos dias, a entrega deste Plano Diretor ao Prefeito Luiz Kamide, que deverá convocar uma reunião entre empresários locais.

As perspectivas para a realização do sonhado evento, foram aumentadas com a recente inauguração da rodovia asfáltica Goioerê-Cruzeiro do Oeste e com o início em breve do asfaltamento do trecho BR-272, entre Campo Mourão e Goioerê, que assim passa a ter comunicação asfáltica com todo o restante do Estado e possuindo amplas possibilidades de vir a tornar-se um centro industrial, mormente por sua localização entre as principais cidades da região”.

No momento em que pedimos, Sr. Presidente, seja inserido em ata, este voto de louvor à Câmara, bem como a deste artigo publicado hoje pela “Gazeta do Povo”, deixamos aqui o nosso apelo veemente em nome daquele povo, ao Prefeito e a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, para que acelerem a obra de criação no início da BR-272 a estrada que liga Campo Mourão-Goioerê, sonho daquele povo, para que a nossa região seja em breve industrializada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós propomos um requerimento, onde solicitamos informações do Instituto Nacional de Previdência Social.

Estamos cientes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que não há obrigatoriedade legal do INPS, em nos atender.

Não obstante, nós acreditamos que o órgão vai acolher o nosso pedido, desde que os Srs. Deputados dêem o seu apoio.

O que motiva a nossa Proposição, Srs. Deputados, é a estranheza e até revolta que sentimos pelo autêntico golpe com que o INPS surpreendeu milhares de servidores, quando de forma brutal extinguiu sumariamente o pagamento do adicional que estava implantado nos contra-cheques de pagamentos dos seus funcionários, sob o Código 33 - alusivo aos serviços executados em condições insalubres.

A estranheza nossa, Srs. Deputados, é pelo fato de que o desenvolvimento, o equilíbrio, administrativo, a seriedade de governo, determina que os órgãos públicos persigam os caminhos da justiça social, do aprimoramento comunitário, da elevação do nível de vida, e da obrigação permanente e obstinada, se atuar sempre, tendo como motivação fundamental, o homem.

E o INPS procede inexplicavelmente, esta redução nos já mínguaos vencimentos de milhares de funcionários que ainda continuam a colocar em risco as suas vidas e saúde, exercendo atividades insalubres.

É realmente, um perfeito retrocesso, é uma negação efetiva dos sadios princípios humanistas e cristãos.

No primeiro trimestre de 1976, a 28 deste ano, os funcionários do INPS tiveram um aumento na ordem de 30 por cento.

No mesmo período o custo de vida chegou a 50 por cento de elevação.

Somando, mais 40 e pouco por cento de crescimento até o próximo aumento salarial, vamos deduzir, Srs. Deputados, então, a ineficácia do Governo nesse setor.

O custo de vida praticamente dobrou, enquanto o trabalhador melhorou em 30 por cento seus rendimentos, o que

deixa a classe trabalhadora, 60 por cento mais pobre.

Na hipótese do Governo conceder em torno de 45 por cento de aumento no próximo ano, mesmo assim o funcionalismo empobrecerá 15 por cento mais.

Com relação ao INPS, Sr. Presidente, a questão se aviltou no tocante àqueles que exercem atividades insalubres.

Ao se sentirem despojados do acréscimo devido esses funcionários empobreceram ainda mais em 15 por cento que é aproximadamente a taxa percebida sobre os seus vencimentos, por conta de risco de saúde.

Pretendemos, contando com a boa vontade do INPS, receber as seguintes informações, Sr. Presidente: (Lê)

“REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subcreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, solicitando as informações seguintes:

- 1- Quando foi implantado pelo INPS o adicional sob código “33”, referente a INSALUBRIDADE, aos vencimentos dos funcionários que trabalham nessas condições?
- 2- Que dispositivo legal autorizou o benefício citado? — E por que?
- 3- Qual a maneira de se calcular a taxa estabelecida na Lei?
- 4- Quando foi extinto o benefício? — E por que?
- 5- Informar o número de funcionários no Estado do Paraná, que foram prejudicados com o corte ocorrido?

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1977

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

Ao justificar a presente proposição, ciente de que não há obrigatoriedade legal ao INPS em nos atender, não obstante, acreditamos que o Órgão vai acolher nosso pedido; devo registrar estranheza e revolta pelo autêntico golpe com que o Instituto Nacional de Previdência Social surpreendeu milhares de servidores, quando de forma brutal, extinguiu sumariamente o pagamento dos seus funcionários sob o código —33—, alusivo “aos serviços executados em condições insalubres”.

Quando o desenvolvimento e o equilíbrio determinam que os governantes persigam os caminhos da justiça social, do aprimoramento comunitário, da elevação do nível de vida e da obrigação permanente e obstinada de se atuar direcionado sempre para o HOMEM; o INPS reduz inexplicavelmente os já minguados vencimentos de milhares de funcionários que continuam ainda a colocar em risco as suas vidas e saúde exercendo atividades insalubres.

UM PERFEITO RETROCESSO ! — UMA REAL NEGAÇÃO DOS SADIOS PRINCÍPIOS HUMANISTAS E CRUSTÃOS !

Do primeiro trimestre de 1976 à 28 de fevereiro deste ano, os funcionários do INPS tiveram aumento de salário na ordem de 30 por cento — no mesmo período o CUSTO DE VIDA chegou aos 50 por cento de elevação.

Somando mais 40 e pouco por cento de crescimento até o próximo aumento salarial, deduzimos então a ineficiência do Governo no setor: O CUSTO DE VIDA PRATICAMENTE DOBROU, ENQUANTO O TRABALHADOR MELHOROU EM 30 POR CENTO OS SEUS RENDIMENTOS, O QUE DEIXA A CLASSE TRABALHADORA 60 POR CENTO MAIS POBRE.

Supondo que o Poder Público venha conceder 45 por cento de majoração no próximo ano, mesmo assim, o funcio-

nário empobrecerá 15 por cento mais.

Com relação aos servidores do INPS a questão se aviltou no tocante a aqueles que exercem atividades INSALUBRES.

Ao se sentirem despojados do acréscimo devido, esses funcionários empobreceram ainda mais em 15 por cento, que é aproximadamente a taxa percebida sobre os seus vencimentos por conta do risco de saúde.

Atitude que reputamos injustificável e que precisa ser corrigida pelo nosso Instituto de Previdência e Assistência Médico-Hospitalar.

Mesmo porque, o adicional do serviço insalubre foi consolidado pelo Governo e pelos Tribunais em nossa Legislação Trabalhista.

É uma conquista dos trabalhadores, de perfeita conotação decente, legal e justa.

O que ainda questiona-se é o cálculo: Se sobre o salário mínimo, ou se sobre o vencimento global.”

Era só, Sr. Presidente. Obrigado. (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, inscrito no Grande Expediente.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Premeditada e com fins políticos ou não, a verdade é que uma grande polêmica está sendo criada em torno do programa da eletrificação rural que o Governo Federal desenvolve no Paraná, com a colaboração do Governo do Estado.

A confusão é particularmente notória.

Uma das modalidades desse programa, o que objetiva levar a eletricidade ao campo, através de cooperativas, ou seja, por iniciativa e com a participação direta dos proprietários rurais que em determinada área, ainda desprovida de energia elétrica, se organizam para usufruir os benefícios desse serviço.

Recentemente, em junho último, o Sr. Presidente da República assinou dois decretos sobre eletrificação rural. Um modifica dispositivo de um fundo que fora instituído no Banco do Brasil em 1.970. Fundo de Eletrificação Rural FUER. Outro decreto federal define o programa no setor.

Deverá assumir caráter de complementação entre a ação nacional das empresas concessionárias, sobre a coordenação da Eletrobrás e o esforço realizado em certas áreas pelas cooperativas de eletrificação rural, dentro do programa supervisionado pelo Ministério da Agricultura e a fim de permitir que a medida que a atuação das empresas concessionárias se amplie naturalmente das áreas urbanas para as rurais, a atuação das cooperativas se encontre nas regiões menos atendidas, evitando-se porém a duplicação de atividades, mediante coordenação dos dois tipos de atuação, cujo planejamento dependerá da aprovação do Presidente da República. E mais, o Governo Federal dará apoio ao programa de cooperativas, com caráter pioneiro suplementar, com coordenação do Grupo Executivo de Eletrificação Rural GEER, através do financiamento do Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas FUERC.

Contudo depende de autorização federal, por ato do Ministério das Minas e Energia, o estabelecimento das linhas de transmissão e redes de distribuição pela Cooperativa de Eletrificação Rural, para fornecimento de energia elétrica ao uso exclusivo dos cooperados.

Isto é o que de mais recente foi baixado sobre a matéria de ELETRIFICAÇÃO RURAL.

Porém, só o tempo, na prática, vai demonstrar se estas medidas vieram para terminar de vez com a luta que há anos se vem travando nos bastidores entre dois ministérios — Minas e Energia, este através da ELETROBRÁS e concessionárias, versus Agricultura, através do INCRA ou GEER e Cooperativas de Eletrificação Rural. Inclusive, segundo o próprio decreto,

a matéria deveria ser regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, para o que foi constituído um grupo interministerial, destes dois ministérios e mais a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, como coordenador.

E até o momento, quando são passados mais de 90 (noventa) dias, nada sabemos da aludida regulamentação.

Até a real distribuição, na prática do programa de eletrificação rural, muitas controvérsias provavelmente irão ocorrer, ora em favor do Incra, do GEER, ora em favor das concessionárias, mas nem sempre favorecendo quem deveria ser, em última análise, o agricultor e até pelo contrário, este vem a ser o grande prejudicado.

A problemática é: Quem deve levar a energia ao lavrador? A que preço fazê-lo?

O que não pode continuar a imperar é, uma disputa, uma concorrência, a fundo desnecessária, que chega ao cúmulo de se constatar quilômetros de linhas de redes paralelas: uma da Copel e outra ao lado da Cooperativa, como se o Brasil pudesse se dar ao luxo de esbanjar recursos dessa forma.

Ao que nos consta tudo começou com um empréstimo concedido pelo BID no início de 1.970, quando esse organismo impôs como uma das condições, que a execução do projeto de eletrificação rural fosse feita através de cooperativas, talvez baseado no êxito desta modalidade de cooperativa nos Estados Unidos.

Começaram aí as fundações de Cooperativas de Eletrificação Rural, dentre as quais, uma das primeiras, a de Marechal Cândido Rondon. Hoje existem cerca de duas dezenas no Paraná.

Numa primeira fase tudo foi bem: ligou-se mais de mil propriedades.

Depois, sem novos financiamentos e frente a elevados custos operacionais em relação ao pequeno número de consumidores, tudo foi ficando difícil.

Hoje estamos diante de uma nova realidade: a Cooperativa de Eletrificação Rural de Marechal Cândido Rondon está sob intervenção do Incra, e outras mais diante de igual precária condição, talvez a seguir o mesmo caminho da primeira.

O sistema de Cooperativismo nos Estados Unidos, no campo da eletrificação rural, implantado na década de 30 mostrou-se ser amplamente favorável. Daí talvez a justificativa da imposição do BID.

Todavia, a situação encontrada no Brasil em 1.970 era totalmente diferente. Naquele País foi dado às cooperativas a condição de gerar energia; as áreas a serem atendidas pelas cooperativas eram vastas; inclusive compreendendo o fornecimento a pequenos núcleos urbanos; os financiamentos com prazo de trinta anos a juros de 4 por cento ao ano; o consumo de energia é muito maior em virtude de uma agricultura adiantada em tecnologia e o que é importante, um correto dimensionamento feito para a atividade a par de uma renda "per capita" de 2.000 dólares.

No Brasil e especialmente no Paraná o sistema de cooperativa tem mostrado justamente o contrário, não tem logrado êxito esperado e isto começa a ser comprovado em razão de certos fatores quais sejam: as nossas cooperativas adquirem energia em grosso das concessionárias; as áreas de atendimento das cooperativas são atualmente muito restritas, restam poucos vazios que possam ser preenchidos "pela atividade complementar das cooperativas", racionalmente.

Os financiamentos muito mais restritos e a juros muito mais altos; o consumo de energia muito pequeno já que o agricultor ao fazer o financiamento para o sistema chega ao limite de seu endividamento, não conseguindo comprar equipamentos e eletrodomésticos que ressaltariam num maior gasto de energia, tudo em virtude de uma renda "per capita" muitas vezes menor da do agricultor americano na época. E o mais importante, o dimensionamento feito na época da cria-

ção, particularmente da Cooperativa de Marechal Cândido Rondon, foi para a atividade da suinocultura, existente então, e hoje as culturas preeminentes são soja e trigo, que muito pouco ou nada dependem de energia.

Em razão do dimensionamento de potência feito então, de acordo com a atividade exercida pelo agricultor se mostrou com uma necessidade de potência de 30 kwa., fazendo com que todos aderissem e instalassem geradores para aquela potência.

Embora a potência do transformador não aumente o consumo, quando o dimensionamento gera energia reativa que prejudica o sistema incorrendo-se então no cálculo de correção do fator de potência.

Medida essa adotada pelas concessionárias para obrigar os consumidores a adotarem seus equipamentos, incorrendo isto em despesa.

As dificuldades de que se reveste a eletrificação rural via cooperativas são enormes em termos econômicos, sejam eles de investimentos ou de geração e manutenção e é necessário que se faça uma análise com bastante profundidade para que possamos atingir as melhores condições a serem oferecidas ao agricultor na obtenção de energia elétrica.

Em termos de financiamento que podem ser obtidos pela GEER ou ELETROBRÁS, o primeiro com 100 por cento de financiamento pelo prazo de 15 anos, período do qual três anos são de carência, nos quais o cooperado paga somente os juros sobre o capital tomado por empréstimo, terminada a carência, inicia-se a amortização, durante 12 anos, em parcelas trimestrais e sobre o saldo incide uma taxa de 12 por cento ao ano.

A outra forma de crédito instituída pela ELETROBRÁS e colocada à disposição das concessionárias para a expansão de seus sistemas de eletrificação rural.

A parte financiada chega, normalmente, a 60 por cento do valor do projeto, cabendo às concessionárias e/ou aos beneficiários o restante.

O prazo é igualmente de 15 anos com carência de 5 anos, nos quais se dá o pagamento dos juros e sendo a amortização feita no restante do prazo, trimestralmente, com juros de 12 por cento ao ano sobre o saldo.

Como pudemos verificar, as linhas de crédito são traços gerais, semelhantes e em decorrência do processo inflacionário.

Ambos a juros subsidiários. Contudo, a grande diferença está no investimento que o agricultor faz quando opta pela construção do sistema cooperado ou através da concessionária.

Quando o sistema de eletrificação rural é feito por cooperativa, o cooperado faz investimento de 100 por cento da obra, enquanto que, se optar pela concessionária o agricultor faz um investimento de 50 por cento financiado pela linha de crédito da ELETROBRÁS e os outros 50 por cento é investido pela concessionária a qual fica de propriedade da rede.

É lógico que quando o sistema é feito através da cooperativa este lhe pertença e, em última análise, pertence ao usuário ou cooperado que fez o investimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, de nada vale ao agricultor ser proprietário, através da cooperativa, do sistema, uma vez que este necessita de manutenção e operação o que implica em custos e a valorização de sua propriedade rural se faz automaticamente pela simples existência de serviços de energia elétrica.

Ainda nos permitimos fazer algumas considerações com referência ao custo da energia consumida no meio rural e da maneira como está sendo cobrada.

A concessionária, em nosso Estado, vende a energia às cooperativas de acordo com o favor de consumo alcançado no meio rural. E o mais usual é o fator de consumo de 30 por

cento que no final custará à cooperativa o preço de 0,5,425, por kwh. Este preço logicamente tem suas adições que são 10 por cento de perdas no sistema de distribuição das cooperativas e mais a taxa de administração, que no caso de Marechal Cândido Rondon, é de 0,40,000, o que dará um custo de 0,95467 por kwh ao consumidor.

Ao passo que se ele fôr atendido diretamente pela concessionária, ela pagará 0,533 por kwh, comparando veremos que o cooperado paga 79 por cento mais cara a energia.

E quanto menor fôr o consumo, mais cara é a energia. É importante frisar que, segundo o que pudemos apurar, das despesas de uma cooperativa o item "compra de energia" representa apenas 30 por cento do total.

Analisando friamente estes dados, além de considerar as dificuldades que as cooperativas encontram em operar o sistema de eletrificação rural, infelizmente, salvo apresentação de argumentos e dados realmente convincentes, chegamos à conclusão de que a eletrificação rural não parece ser o tipo de atividade adequada para o cooperativismo.

O Sr. Deni Schwartz - V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Eu quero cumprimentar o nobre Deputado por estar se aliando pela primeira vez, à Oposição do Paraná.

A veemente crítica que V. Exa. faz desta tribuna à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, nos permite afirmar ao Paraná que estávamos com toda a razão quando criticávamos da tribuna desta Casa os tecnocratas da Copel.

V. Exa. no discurso que pronuncia, desnuda totalmente a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, única e exclusiva responsável pela existência das Cooperativas do Paraná.

Até o mês de novembro do ano passado, a salvação da eletrificação rural, no dizer do Sr. Arthur Andreoli, estava nas cooperativas, conforme documento que eu posso passar às mãos de V. Exa. após a sessão. Até novembro do ano passado, o Sr. Governador do Estado, não se cansou em inaugurar cooperativas de eletrificação rural, como ocorreu em Francisco Beltrão, onde foi especialmente inaugurar a Companhia de Eletrificação Rural de Francisco Beltrão.

V. Exa. faz uma violenta crítica à Copel, e, por isso, esta crítica é bem vinda para a Oposição.

Pois já a fazíamos há algum tempo atrás, demonstrando que a Copel andou errada ao incentivar as cooperativas por falta de capacitação técnica para tal.

V. Exa. disse e falou muito bem. Andou errada ao recomendar transformadores com maior potência do que é necessário.

Andou errada por não saber da tendência econômica da vossa região que iria deixar do suíno, para passar para a agricultura.

Andou errada quando gastou milhares e milhares de cruzeiros para mandar técnicos ao Interior pedir por favor às autoridades que ajudassem a montar as cooperativas.

E principalmente anda errada agora ao fazer concorrência aberta às cooperativas que ela mesma fundou.

E mais errada ainda está a Copel por não ter dado uma solução às cooperativas, estando, premeditadamente, fazendo com que as cooperativas venham à falência porque, ao fazer coconcorrência, ao estender linhas paralelas como ocorre em Francisco Beltrão, como ocorre em Cascavel, linhas paralelas às linhas da cooperativa, ela nada mais está fazendo do que asfixiando as companhias, sem dar uma saída.

V. Exa. deveria, me permita fazer uma sugestão, homem do Governo que é e com liberdade de oposicionista, de oposição que faz hoje à Copel, V. Exa., me permita a sugestão, que fosse aos associados das cooperativas e oferecesse as mesmas condições que estão sendo oferecidas agora dentro de um outro plano, porque o que não é justo é que aqueles pioneiros, aqueles homens que se sacrificaram constituindo as cooperativas, agora

passem a ser acusados de desonestos, como foi o caso de Marechal Cândido Rondon, de desorganizados, de incapazes de gerir suas próprias cooperativas.

Por isto, eu me parabeno com V. Exa. ao fazer esta acerba crítica aos responsáveis diretos e únicos pela instalação das cooperativas, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

O SR. WERNER WANDERER — Eu agradeço ao nobre Deputado Deni Schwartz, e só gostaria de fazer uma observação. Deputado Deni, meu pronunciamento é extenso a mim, eu não estou atacando a Copel, nem o Incra. O que estou procurando fazer através deste pronunciamento é mostrar que o nosso agricultor é que está sendo o grande prejudicado nesta disputa que há entre dois Ministérios, de Minas e Energia e da Agricultura.

Eu não posso permitir que o nosso agricultor que trabalha lá, que sofre, fique pagando este ônus de uma briga; e estou, inclusive, no final, endereçando um requerimento ao Ministério de Minas e Energia, e ao Ministério da Agricultura, para definir de uma vez de quem é a atribuição, se é atribuição de cooperativas, do Incra, de quem é a atribuição de levar energia ao agricultor.

E mais um agravante, que é o grande problema de nosso agricultor, por lei ele está assegurado que ele não paga taxa, e outros que um consumidor da cidade paga.

E o que está acontecendo? Ele paga bem mais cara a energia lá no meio rural do que a pessoa que mora na cidade.

Então, é este o sentido do meu pronunciamento.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero cumprimentá-lo, porque nós da Oposição, e sobretudo da área em que V. Exa. também faz política, de vez em quando nos insurgimos, até, contra a postura dos representantes da área governista, e disto V. Exa. é testemunha, e eu já fiz até críticas a V. Exa. sobre o caso do soja, inclusive, quando V. Exa. veio à tribuna para se posicionar.

Posiciona-se V. Exa., agora, com propriedade, a respeito das cooperativas de eletrificação rural!

É tempo e é tempo urgente, de se botar paradeiro nestas posições que os homens da área administrativa não querem tomar, como uma determinação de orientação lógica e verdadeira, que é uma aspiração do agricultor.

O caso da eletrificação rural, e V. Exa. enfocou bem, os Estados Unidos, o problema de renda "per capita", mas, eu pergunto a V. Exa.: o pequeno agricultor, sobretudo o pequeno agricultor, que é lesado até por força da ordem administrativa dos organismos oficiais, pelas imposições que faz, ao seu produto, a preço, e uma série de coisas é justo que venha, ele, a ser lesado constantemente, com formas de oferecer a eletrificação como tem sido feita?

Eu tenho criticado não só a eletrificação rural, mas a COPEL principalmente, e já fiz esta crítica ao seu Presidente, tem u'a mania, sórdida mania de colocar nas suas metas, uma taxa de instalação, ou, uma taxa de eletrificação, inclusive nas vilas, impondo, ao consumidor, um ônus que seria da concessionária. Ela até tem o privilégio de ser concessionária, ela deveria fazer essas instalações.

E no caso da eletrificação rural, por que não examinou, através dos seus tecnocratas, as causas e os efeitos, antes de fazer essas instalações?

Agora, não é o caso de o agricultor pagar pelos erros da política do Governo e o ônus dos erros da política da eletrificação rural, e depois ainda ser tachado, como é o caso de Marechal Cândido Rondon, de que estão lesando o patrimônio público, que indiretamente estão sendo acusados de lesar ao patrimônio público.

Eu congratulo-me com V. Exa., cumprimento V. Exa., e

acho que é hora, já, de o Ministério tomar para si a atribuição que lhe é pertinente, para não ficar brigando nos bastidores e os colonos ficarem pagando preços absurdos, uma hora em que a Nação está a exigir do Governo, uma volta ao estado de direito. Por que? Aí estão as mazelas, por motivos políticos! O Petrônio Portella, Presidente do Congresso, dizer, aí já, quem sabem, parafraseando a cogitação de outros, isto tudo, Deputado, faz parte de um esquema, e V. Exa. não pode descurar do esquema político, também faz parte da política de um Governo.

É o que eu quero oferecer a V. Exa., estas ponderações, e, pedir aos homens que mandam neste País, mandam, até por impostura, não que tenham direito de fazer isto, não tinham o direito, mas, faço este apelo, principalmente no nosso Estado, que, tenham mais respeito com o agricultor, que façam uma política de coerência, para que ele, o agricultor, não pague um ônus tão caro quanto tem pago até agora.

O SR. WERNER WANDERER — (Prossegue a leitura):

“A experiência brasileira no setor é relativamente recente, mas parece indicar-nos claramente que não é uma atividade economicamente rentável e para caracterizar isto, temos o exemplo da ERMIG-Eletrificação Rural de Minas Gerais S/A que foi talvez a empresa que somou grandes experiências na extensão de eletricidade ao campo.

O elevado custo de manutenção de uma empresa que na verdade desempenhava atividade paralela às da concessionária, foi um dos fatores que desestimulou a continuação da “ERMIG” como entidade autônoma no setor.

Verificou-se que econômica e administrativamente, era mais vantajoso valer-se da estrutura já existente da “CEMIG” que já cobria a maior parte do Estado, para continuar atuando no campo da eletrificação rural.

Algumas cooperativas de eletrificação, diante das dificuldades encontradas procuraram outras soluções, diversificando suas atividades e iniciaram então a anexar o ramo de comércio de eletrodomésticos, visando com isto obter lucros e mais recursos para fazer frente no próprio meio cooperativista e não como imposição da Copel, que nem poderes para tal tem, como se pretende fazer crer por alguns falsos líderes rurais.

Também esta alternativa mostrou-se não ser o caminho ideal; ao invés de melhorar sua situação as cooperativas pioram, pois resultava a imobilização de recursos financeiros em custosos estoques de mercadorias, de lenta rotatividade e dispersão de esforços chegando ao ponto de o objetivo principal — ligação de energia — ser relegado a parte secundária.

Aventou-se até a possibilidade de, por meio de uma central das cooperativas de eletrificação, ser centralizada a compra de eletrodomésticos, então em larga escala, com posterior revenda às cooperativas singulares a preços competitivos.

Talvez, Srs. Deputados, um caminho a ser estudado para desenvolver a eletrificação rural, seja através das cooperativas agrícolas de produção, onde poderiam os custos administrativos ser diluídos entre as receitas da venda dos produtos agrícolas e principalmente ser aproveitada a estrutura administrativa já existente uma vez que os cooperados, têm interesse na aquisição de energia elétrica.

Em algumas regiões do Estado do Rio Grande do Sul tal modalidade foi introduzida.

Por outro lado, vemos o INCRA ou GEER, a quem estão subordinadas as cooperativas de eletrificação rural, quase inertes, pois não temos notícia de que tenham prestado assistência técnica e administrativa de forma mais efetiva, ou mesmo assistência financeira às mesmas.

É preciso que algo fique bem claro, não sou contra o cooperativismo, como um colega insinuou nesta tribuna, ao se referir à cooperativa de eletrificação rural de Marechal Cândido Rondon.

A questão não é tão simplória e não se situa neste campo

até demagógico — ser a favor ou contra cooperativa. E sim, ser contra ou a favor que o agricultor pague preço mais alto por kwh consumido; por instalação de rede elétrica realizada; por administração a ser custeada.

Como fazer com que o homem do campo receba energia pelo menos, ao preço dispendido pelos consumidores urbanos, mesmo estando isento de impostos e taxas?

Como realizar isto sem isenção de recursos financeiros às cooperativas, a fundo perdido, pelo Ministério da Agricultura?

Só com o constante desembolso dos cooperados para cobrir taxas administrativas, aumento de capital e prejuízos acumulados?

Realmente a COPEL vem aplicando, de meio ano para cá, recursos obtidos através da ELETROBRÁS em muitos Municípios do Paraná; em Marechal Cândido Rondon ainda não o fez ... com o que, logicamente como já explanamos, baixa o custo para o beneficiário; o Ministério da Agricultura não fez o mesmo com as cooperativas até o momento. Como então concorrer?

É óbvio que o agricultor optará pelo atendimento da COPEL; inclusive existem correntes que dizem que a COPEL estaria investindo dinheiro a “fundo perdido” com intuito de fazer concorrência às cooperativas de eletrificação.

Como os Senhores sabem, não se trata disso, e sim de empréstimo da ELETROBRÁS à concessionária e esta faz o investimento de 50 por cento, já que a rede será sua e poderá ser usada para futuros prolongamentos.

Em resumo não conseguimos acreditar em tal fato, primeiro porque a atividade é economicamente deficitária e também o número de propriedades atendidas pelas cooperativas, em relação ao total de consumidores da COPEL, representa quase nada em seu orçamento total.

A bem da verdade, devemos informar que a COPEL está com faturas de energia a receber, há meses vencidas, de cooperativas de eletrificação rural e se o bom senso não prevalecesse neste sentido, há muito tempo, mais de uma cooperativa teria falido.

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Marechal Cândido Rondon, uma das primeiras do Estado, por Assembleia Geral Extraordinária de seis (6 de setembro último, vejam os Senhores, por vontade de seus cooperados, resolveu optar pela sua extinção em face das dificuldades em que se encontrava e encontra e pretendendo entregar à COPEL os serviços de distribuição de energia elétrica aos seus associados.

Há poucos dias o INCRA resolveu colocar a cooperativa sob intervenção.

Dado este fato falou-se nesta Casa que está sendo feito um esforço para salvar a própria idéia do cooperativismo no município de Marechal Cândido Rondon.

Para esclarecimento geral, devemos dizer, que além da cooperativa de eletrificação rural, existem naquele município, uma cooperativa habitacional, através da qual 134 famílias conseguiram a aquisição de sua casa própria sem problemas maiores, e a Cooperativa Agrícola Mista Rondoni Ltda. — Copagril — de redução, uma das maiores do Estado, em pleno e franco desenvolvimento, daí porque não podemos dizer que a idéia do cooperativismo esteja em extinção. O que temos sentido é que o próprio agricultor, participante da Cooperativa de Eletrificação Rural, tem se queixado inúmeras vezes do alto custo administrativo.

Em contrapartida tem encontrado mais vantagens ao serem atendidos através da concessionária, pois aí inexistem taxas administrativas.

Não há preocupação do agricultor em auxiliar a repor materiais inutilizados. O preço da rede é mais acessível e o valor do kilowat hora é inferior.

Não é de agora que nos preocupamos com eletrificação

rural; várias vezes entramos em contato com a coordenação regional do Incra, com a Presidência da Copel.

Várias foram as audiências com o Senhor Governador Jayme Canet Júnior em companhia de Diretores daquela Cooperativa, sempre visando o melhor encaminhamento de soluções em favor do agricultor.

Portanto, devo dizer, principalmente ao Deputado Ernesto Dal'Oglio que no dia 8 referiu-se ao assunto, que não foi só com pouco esforço que colocamos o Município de Marechal Cândido Rondon em primeiro lugar em propriedades ligadas no Estado.

Se dificuldades são encontradas, nunca foi por ingenuidade do jogo duplo, mas na árdua tarefa de levar adiante o progresso, de encontro ao agricultor.

Só não se defrontam com problemas, e depois é fácil criticar, quem se ausenta de enfrentá-los."

O Sr. Ernesto Dal'Oglio — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nós ouvimos com muita atenção o seu pronunciamento.

Primeiramente, nós queremos dizer que o seu posicionamento no dia 25 de julho de 1975, se não me falha a memória, com grande pompa e com a presença do Sr. Presidente da República quando morria 130 bois daquela boiada...

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta. Todavia, informa ao eminente Deputado que o seu tempo esgotou, pelo relógio da Presidência às 15,47 hrs.

V. Exa. tem 30 segundos para concluir.

O SR. WERNER WANDERER — Só para responder ao Deputado Ernesto Dal'Oglio, foram 134 bois. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, após ouvido o douto Plenário desta Assembleia e:

Considerando que o Decreto Federal número 79898 de 30 de junho de 1.977 ao se referir a eletrificação rural pelo conjunto das empresas concessionárias e pelas cooperativas, dispôs no Art. 3o. que "evitar-se-á a duplicação de atividades, mediante coordenação dos dois tipos de atuação referidas no art. 2o., cujo planejamento dependerá de aprovação do Presidente da República na forma do disposto no art. 15 do Decreto Lei número 200, de 25 de fevereiro de 1.967;

Considerando que pelo mesmo diploma, no art. 6o. "Fica criado um Grupo de Trabalho Interministerial, constituído por um representante do Ministério da Agricultura, um representante do Ministério das Minas e Energia e um representante da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, este como coordenador, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação deste Decreto, formular as regulamentações necessárias ao Programa Nacional de Eletrificação Rural";

Considerando que o preconizado naqueles dois artigos até o momento não ocorreu e que a demora nas definições sobre a atuação das concessionárias e das cooperativas, além do atraso nas regulamentações exigidas, acarretará sempre maiores inconvenientes e prejuízos aos agricultores;

Considerando, pois, o exposto, requer, seja enviado expediente aos. Senhores Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, Ministro das Minas e Energia Shigeaki Ueki e Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República João Paulo dos Reis Veloso, encarecendo da necessidade urgente de ser encontrada uma solução plausível ao problema da eletrificação rural, com área de atuação delineadas e com recursos definidos, enfim com a devida regulamentação ao Decreto número 79.898.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Na liderança da Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Mais uma vez voltamos a nos pronunciar nesta tribuna, agora para salientar, dentro da programação setorial da gestão Jayme Canet Júnior, um dos programas que consideramos de fundamental importância, tendo em vista a condição do nosso Estado, onde o setor primário representa a nossa principal força econômica. E o Programa de Melhoria da Pecuária desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e suas vinculadas.

É condição básica para que um bem se torne acessível a todos, que ele seja abundante, e isso se converte em preocupação de grau maior, se este bem tem uma conotação fundamentalmente social, como é o caso da alimentação.

Dentro desta ótica, o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, e onde se sobressai a ânsia empreendedora do Secretário Paulo Carneiro, vem trabalhando para aumentar os índices da produção e produtividade dos nossos produtos agrícolas, compensando assim, a limitação de área física a ser ocupada, quando não há mais fronteira agrícola a ser conquistada e quando esta, praticamente, já coincide com a fronteira geográfica.

Dada a grande importância da pecuária e em particular, a pecuária de leite, com a característica de ser este o alimento mais completo e imprescindível na alimentação humana, hoje está em desenvolvimento no Estado um programa que irá possibilitar que a pecuária de leite estadual seja igualada a dos países mais desenvolvidos no setor.

O Brasil, e em particular o Paraná, em função da qualidade genética inferior do seu rebanho, tem uma das taxas de produtividade das mais baixas do mundo, com a média da produção nacional girando em torno de três litros de leite diários por vaca, e com a produção estadual na ordem de 4,5 litros, quando a Nova Zelândia, por exemplo, que não está incluída entre os países que tem tecnologia mais avançada, tem uma produção média diária de 13 litros.

O Paraná, que em 1976 teve uma produção de 670 milhões de litros, deverá neste ano, segundo estimativas, alcançar 715 milhões.

No período 74/76, a taxa de crescimento médio foi de 10 por cento.

Este incremento porém, é atribuído, praticamente, ao aumento numérico do rebanho.

Conhecendo porém, com um pouco mais de profundidade o que está sendo feito pelo Governo do Estado para o melhoramento da pecuária e os investimentos que hoje se fazem em recursos financeiros, técnicos e humanos, acreditamos, firmemente, na previsão de que a médio prazo, alcançaremos a performance dos países mais desenvolvidos no setor.

A primeira concretização desta estimativa já está sendo comprovada com o nascimento da primeira cria de bezerras importadas, de propriedade do pecuarista Jakob Isaac, da Cooperativa de Witmarsun.

O filhote, segundo constatarem os técnicos, apresenta ótimas qualidades genéticas e a mãe já começou a produzir 18 litros diários, devendo atingir a casa dos 30.

É o primeiro fruto concreto de dois programas de desenvolvimento pela Secretaria da Agricultura, através da ACARPA e que são os programas de Inseminação Artificial e de Importação de Bezerras da raça holandesa.

Para os críticos mais intransigentes e contrários a todos os tipos de importação, como forma de contenção econômica, podemos dizer, sem se descer à consideração mais profunda, que os ônus que o Estado tem para a manutenção desses programas, serão diluídos no menor espaço do programa, com a produção inicial da primeira bezerra, já se registra uma produção

quatro vezes superior a média estadual.

Dentro de uma série de programas que detalharemos, embora de maneira superficial, os dois programas acima mencionados, importação de bezerros e inseminação artificial, são prioritários e merecendo todo o controle, de forma que a alta qualidade genética desses animais seja preservada e disseminada.

Prestando assistência técnica, fornecendo matrizes, realizando pesquisas e cuidando do aspecto sanitário, são investidos milhares de cruzeiros, procurando-se atender não apenas o aspecto econômico do aumento de produção, de produtividade e de redução de custos para os pecuaristas, mas também o aspecto social, numa fase do processo quando já há a participação também do comércio e da indústria, colocando-se o produto "in natura" e seus sub-produtos, a preços compatíveis com o poder aquisitivo da população e em boas condições de qualidade.

Entre os programas voltados para a pecuária, leitura está o de Melhoria de Pastagens, com a implantação de espécies forrageiras que mais se adaptem às condições de clima e solo, respeitando-se os requisitos nutricionais exigidos pelos animais.

No Programa de Importação de Animais já foram adquiridos do Canadá e entregues aos pecuaristas, através de financiamento por bancos oficiais, quase 600 bezerras, prevendo-se a importação de duas mil até o final do próximo ano, esses animais têm um potencial de produção leiteira superior a seis mil litros de leite por período de lactação e sua introdução no rebanho paranaense, junto com o Programa de Inseminação Artificial, representará a médio e longo prazo através do crescimento geométrico, o principal fator de melhoria da qualidade genética do rebanho paranaense.

A meta proposta pela Secretaria da Agricultura dentro do Programa de Inseminação Artificial é fecundar, artificialmente com sêmen importado da mais alta qualidade, quase três mil matrizes, tendo sido fecundadas já 914, decorridos apenas poucos meses do seu início.

Está prevista também a implantação de Centrais de Inseminação Artificial nas principais regiões produtoras de leite do Estado.

Hoje, este programa de inseminação já se desenvolve na região Sul do Estado e no início do próximo ano, ocorrerá a transferência dos primeiros touros, com as melhores características reprodutoras, para o Norte do Estado, beneficiando assim, pequenos e médios produtores, que fazem da pecuária sua principal atividade, ao mesmo tempo que servirá como um marco regulador para o mercado de reprodutores na região.

Por técnicos da Acarpa, os produtores vêm recebendo toda a assistência técnica e somente através do Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira PDPL, os produtores já receberam nada menos que 231 milhões de cruzeiros destinados à recuperação de pastagens, aquisição de animais e construção de silos.

O Sr. Ernesto Dal'Oglio — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Ouvimos com satisfação o seu pronunciamento a respeito das bezerras de ouro, importadas pelo Sr. Secretário da Agricultura.

V. Exa. deve saber que a herdabilidade do bezerro ou da bezerra é sempre transmitida pelo macho.

Nós, agricultores há 50 anos, estudando agricultura e acompanhando a agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, sempre vimos na importação de machos, a solução do problema.

Porque são eles que transmitem, na realidade, os caracteres bons.

Por isso, achamos que o Sr. Secretário deveria se inte-

ressar pela importação, senão de machos, mas pelo menos a fazer um plantel desses animais, de fazer um trabalho honesto e descente de tecnologia sobre a fecundação artificial que V. Exa. se referiu.

Porque não acredito que essas bezerras de ouro que chegam aqui tenham a superar as nossas, porque isso me faz lembrar o preço mínimo do Sr. Ministro da Agricultura, porque essas vacas têm que ser tratadas em apartamento, têm que ser tratadas em estufa, e para esse tratamento, consta que deve ser dada uma ração, e essa ração tem que ser comprada com esse dinheiro. A vaca vai dar o leite por essa ração.

Por isso, se o Sr. der uma alimentação farta e sadia, ela vai lhe dar leite, mas esse leite vai custar muito mais, e as nossas vaquinhas vão dar leite também.

E se o Sr. botar essas bezerras de ouro junto com as nossas, não acredito que elas dêem mais de 3, 4, ou 5 litros de leite por dia.

E calcule o preço que custam essas bezerras trazidas de avião e soltas aqui em nosso meio.

Porisso, nobre Deputado, nós não entendemos porque o Sr. Secretário foi ao México buscar essas bezerras.

Talvez porque se fosse no Uruguai ou Argentina qualquer um de nós poderíamos trazer as mesmas vacas, com a mesma produção de leite.

Porisso, achamos que o pronunciamento que o Sr. está fazendo com muita ênfase, achamos que o pronunciamento que o Sr. está fazendo com muita ênfase, nós acreditamos que daqui mais 2 ou 3 anos, não se conhece mais uma novilha importada do Canadá ou uma das nossas.

Achamos que o Sr. Secretário deve é incentivar as inseminações artificial que me parece a grande solução para melhorar nosso rebanho. Muito obrigado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço o aparte do nobre Deputado Ernesto Dal'Oglio.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que V. Exa. tem mais um minuto e meio para concluir sua oração.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Não quero duvidar do relógio de V. Exa. mas também tive o cuidado de marcar, Sr. Presidente, e, inclusive, o meu pronunciamento foi feito para durar 12 ou 13 minutos.

Ainda não se passaram 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência anotou: 15,48 V. Exa. iniciou.

O término seria 16,03 minutos. No meu relógio são 16 horas e 12 minutos.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Concluirei. (Lê): "Integração das cooperativas e laticínios é outro dos programas em andamento e onde a intenção é vincular essas cooperativas na parte de produção, com a preocupação básica de não haver concorrência desleal entre elas.

Ainda a salientar, o Programa da Feira de Bezerras, com o objetivo básico da retirada de bezerros das regiões frias do Sul na época do inverno, para o Norte do Paraná, com o fito de que o teor alimentar desses animais não seja prejudicado. Esse ano foi realizada a terceira feira, nas regiões de Ponta Grossa, Guarapuava e União da Vitória.

Com relação ao Programa de Saúde Animal e no qual o Paraná é detentor hoje, de um dos melhores níveis de desempenho nacional, a Secretaria deverá dar, a partir do próximo ano, um enfoque em função de modificações administrativas por que passa.

A ênfase até então dada, na parte de fiscalização, passará a recair na parte de educação sanitária, levando-se amplos conhecimentos ao produtor sobre os cuidados sanitários para com o rebanho.

Num vasto programa de pesquisa e que atingirá todo o Estado, com a mobilização de vários centros de produção e experimentação do IAPAR e de outras bases, anteriormente

pertencentes ao Governo Federal, serão aplicados cerca de 27 milhões de cruzeiros, sendo 18 para investimentos e mais nove milhões para manutenção.

Os primeiros beneficiários deste programa serão os produtos, para os quais serão transferidos, imediatamente, os resultados alcançados pela pesquisa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Penso que, simplesmente acreditando no êxito da tarefa ora em execução pela Secretaria da Agricultura, nós os políticos e homens do Governo poderemos nos engajar e contribuir para a concretização de um programa, cujos objetivos econômicos e sociais são palpáveis e irrefutáveis e que vêm ao encontro tanto dos interesses do Estado, com melhor arrecadação e melhor desempenho no cenário nacional, como os pecuaristas, para que produzam mais e a menor custo, como à toda uma coletividade que terá condições de adquirir um produto básico, com boas condições de qualidade e a preços compatíveis com o seu poder aquisitivo.

Muito obrigado."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamentavelmente, meu tempo está esgotado.

Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, direi a V. Exa., respondendo seu aparte, que V. Exa. provou ser um grande médico mas, não grande veterinário.

E eu que ocupo a tribuna, Deputado Dal'Oglio, calo porque sou um dos modestos e pequenos pecuaristas do Estado do Paraná que adquiriu os bezerros que V. Exa. houve por bem tachar de "bezerros de ouro".

E diria ainda mais a V. Exa. que essas bezerras são financiadas e pedimos que V. Exa. transmita isso aos pecuaristas de sua região, que talvez desconhecem, que essas bezerras são financiadas em 5 anos, com um ano de carência.

Trarei, Sr. Deputado, uma fotocópia de compra de novilhas importadas diretamente por pecuaristas, ao preço de 38 mil cruzeiros à vista enquanto que as importadas pela Secretaria da Agricultura chegam a 20 mil cruzeiros, em nossas fazendas, financiadas em 5 anos, com um ano de carência.

Essa a mensagem que V. Exa. deverá levar aos pecuaristas de sua região.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência pede a compreensão do eminente Deputado, porque a Presidência está sendo, diariamente cobrada, pelo Plenário, da inobservância do tempo concedido a cada Parlamentar.

É importante que o Sr. Deputado atenda a solicitação da Presidência, sob pena da Presidência, novamente, da inobservância do Regimento Interno.

A Presidência pede a colaboração de V. Exa. que está fazendo, nesta tarde, uma belíssima oração.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço, Sr. Presidente,

Não seria eu que faltaria com respeito a V. Exa., tão ilustre Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência agradece.

É com imenso prazer que anunciamos a presença, neste plenário, do Sr. Edgar Cavalcanti, suplente de Vereador do progressista município de Goioerê.

Ao mesmo tempo, a Presidência registra a presença, no plenário, do Sr. José Richa, ex-Deputado e ex-Prefeito de Londrina.

Concedo a palavra, para falar nos 15 minutos destinados ao MDB, ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Lamentavelmente o tempo é exíguo para que possamos dar conhecimento à Casa das informações que estão substanciadas no pronunciamento que elaboramos e creio, Sr. Presidente, que V. Exa. não deverá ser tão tolerante conosco como foi com o eminente Deputado Jurandir Messias.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência não aceita

por parte de V. Exa., eminente Deputado, a reprimenda. A Presidência, cobrou do eminente Deputado a observância do Regimento Interno.

Portanto, V. Exa. dirija, por favor, a censura ao eminente Deputado que estava na tribuna.

V. Exa. tem quinze minutos exatos para falar nesta tribuna, nesta tarde.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado Valter Pietrângelo, me perdoe, mas este Deputado não teve intenção de faltar com a consideração nem com o Presidente, nem com o Plenário. Mas pensou-se naquele momento em dialogar com o eminente Deputado Ernesto Dal'Oglio.

E se isto não aconteceu, Sr. Deputado, foi realmente por falta de tempo.

E se realmente passamos dois minutos pelo meu relógio e tenho certeza também pelo relógio, as minhas desculpas foram feitas pela tribuna.

V. Exa. não considere isto e não leve à Mesa esta pecha de que a Mesa está usando de incoerência com os Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência vai lhe conferir os dois minutos que descontamos do tempo precioso de V. Exa.

Onde estiver anotado 16 horas e dez minutos, a Presidência anotará 16 horas e 12 minutos, Deputado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Jurandir Messias e o Deputado Ernesto Dal'Oglio demonstraram que o Governo do Estado está cuidando muito bem dos irracionais, Sr. Presidente.

Mas hoje nós falamos desta tribuna sobre os racionais. Nós propusemos um pedido de informações à Secretaria dos Recursos Humanos, indagando daquela Pasta as razões e os dispositivos legais que teriam levado o Governo do Paraná a extinguir o pagamento da gratificação do terço por conta de risco de vida ou saúde a milhares de funcionários civis e militares deste Estado, Srs. Deputados.

E tivemos a satisfação de contar com a compreensão e com o acolhimento desta Casa.

E o Sr. Secretário Dr. Gastão de Abreu Pires, através do Ofício número 1.676/77 remetido a este Poder, atendeu os quesitos que nós formulamos.

E esta é a razão da nossa estada na tribuna no dia de hoje, Srs. Deputados.

Exatamente para informar que nós procedemos uma investigação ampla e criteriosa, senão em toda, pelo menos em quase toda, a legislação que trata do assunto, examinamos detalhadamente o arrazoado proposto pelo Governo do Sr. Jayme Canet Júnior, através das informações do Sr. Secretário dos Recursos Humanos.

E neste pronunciamento, Srs. Deputados, nós de forma ampla e detalhada, analisamos as informações do Sr. Secretário.

Na impossibilidade de dar conhecimento à Casa, do inteiro teor desta matéria, nós pretendemos contar com a acolhida do Sr. Presidente, para que mande transcrever na Ata, o inteiro teor deste documento, já que consta na Casa, Sr. Presidente, na íntegra, as informações recebidas da Secretaria dos Recursos Humanos.

Aproveitando o pouco tempo que nos resta, nós pretendemos apenas, Srs. Deputados, ler as nossas Conclusões finais, após a exaustiva análise da Lei número 41.946 do dia 31 de outubro de 1964, e da Lei número 6.417 do dia 3 de julho de 1973.

A primeira, é a que majora os vencimentos dos servidores civis e militares do Estado, e dá outras providências; a segunda,

é a que trata do Código de vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Citamos estas duas leis, porque foi exatamente baseado nelas, Srs. Deputados, que o Sr. Secretário dos Recursos Humanos, Doutor Gastão de Abreu Pires, sustentou quase que a totalidade da sua argumentação, contrária, ao pagamento da gratificação do terço de risco de vida, a aproximadamente 13.000 funcionários públicos, militares e civis.

Na Lei número 4.946, o Sr. Secretário entende como aquela que procedeu o congelamento do benefício, a partir do dia 1 de novembro de 1964; na Lei 6.417, o Sr. Secretário vê como o instrumento que torna extinta completamente a gratificação a que nos referimos. Lamentavelmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para o Governo, e auspiciosamente aos funcionários prejudicados.

Nós chegamos à conclusão de que o Governo do Estado está errado, que o Sr. Secretário enganou-se amplamente em quase todas as informações relacionadas no seu Ofício 1676/77.

(Lê, na íntegra, a matéria):

"Agradecido pelas informações que recebemos do Governo do Estado por intermédio da Secretaria dos Recursos Humanos, consubstanciadas no Ofício número 1676/77-GB; sobre o não pagamento aos funcionários públicos enquadrados no Decreto número 14.177, da Gratificação por conta de Risco de Vida ou Saúde; temos à declarar o seguinte:

1 — O expediente em referência não convence. Apesar de todo o sofisma, inteligentemente utilizado pelo Senhor Gastão de Abreu Pires, os Militares e Civis funcionários públicos estaduais têm Direitos Plenos e Líquidos de receberem desde a data da legislação a GRATIFICAÇÃO POR CONTA DE RISCO DE VIDA OU SAÚDE.

2 — Já no item "um" de suas informações, o Sr. Gastão erra gravemente ao declarar que a Lei número 4946 é de 31 de dezembro de 1964. A Lei 4.946, "que majora os vencimentos dos servidores civis e militares do Estado e dá outras providências", foi assinada no dia 31 de outubro de 1964, e publicada no Diário Oficial do Estado no dia quatro de novembro do mesmo ano, uma quarta-feira.

3 — Engana o Sr. Gastão ao informar que a Lei 4946 congelou a gratificação do "Terço Por Conta de Risco de Vida ou Saúde". O Sr. Secretário afirma que "como a Lei determinou que essa gratificação e outras — permanecerão nas mesmas importâncias — isto é, nos mesmos valores ou quantias, o Estado passou a pagá-las como a Lei determinou". Isto é o que deseja o Sr. Secretário, mas não a Lei. Ora, toda a Legislação que trata da gratificação por conta de risco de vida ou saúde jamais expressou-se em "CRUZEIROS", mas sempre, a expressão usada foi "UM TERÇO SOBRE OS VENCIMENTOS". Para comprovar, citaremos a maioria delas:

a) — O Decreto 14.177, de 20 de fevereiro de 1964, que consolidou a legislação sobre a gratificação decorrente de risco de vida ou saúde, estabelece no seu ARTIGO 4º — "A gratificação ora regulamentada corresponderá no máximo a UM TERÇO DO VENCIMENTO BASE atribuído..." — E é exatamente o parágrafo 3º do artigo 10 da Lei número 4946, invocado pelo Sr. Secretário, que determina: "São mantidas as gratificações pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida e saúde, de nível universitário, de nível superior militar e fisco arrecadadores que permanecerão nas mesmas importâncias com que vinham sendo pagas anteriormente à presente Lei, OBSERVADO QUANTO A PRIMEIRA, O DECRETO NÚMERO 14.177, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1964".

b) — A Lei número 592, de 23 de janeiro de 1951, estabelece em vários artigos sempre a denominação "1/3 (UM TERÇO) DO VENCIMENTO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO QUE ENVOLVE RISCO DE VIDA". Jamais a Legislação cita a Gratificação por Conta de Risco de Vida ou Saúde, em Cr\$ ou cruzeiros.

c) — Da mesma forma estabelecem as Leis números 1054 (de 25 de novembro de 1952) — 05 (de 03 de junho de 1953) — 2522 (de 09 de dezembro de 1955) — 2545 (de 23 de dezembro de 1955) — 4192 (de 18 de março de 1960) — 4307 (de 02 de janeiro de 1961) — 4826 (de 20 de fevereiro de 1964); e o Decreto número 7762 (de 27 de novembro de 1952).

4 — Ao citar a Lei número 6417, de 03 de julho de 1973, que trata do Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, "como a exterminadora da gratificação do terço por conta de risco de vida ou saúde" à classe; o Sr. Secretário faz referências apenas aos artigos que segundo o seu entendimento, são favoráveis ao Governo. Esqueceu deliberadamente o Sr. Gastão, de citar o artigo 119 da referida Lei. Por quê? Porque o Artigo 119 da Lei número 6417 está do lado do funcionário público, revogando toda a legislação anterior que trata de remuneração, MENOS AS DEZESSEIS LEIS QUE TRATAM DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DO TERÇO DE RISCO DE VIDA OU SAÚDE. Eis o inteiro teor do Artigo 119 da Lei número 6417: "Ficam revogados os dispositivos referentes a remuneração, constantes da Lei número 1943, de 23 de junho de 1954, bem como a Lei número 5475, de 17 de janeiro de 1967, a lei número 5611, de 9 de agosto de 1967, a lei número 5917, de 01 de dezembro de 1969 e demais disposições em contrário".

5 — Enquanto o Governo se agarra às Leis 4946 e 6417 para, respectivamente, congelar o TRV a partir de 01 de novembro de 1964 e não pagá-lo sob hipótese alguma após 01 de outubro de 1973 à Polícia Militar do Paraná; o Poder Judiciário, quando provocado, está a fazer Justiça, obrigando o Governo do Paraná a devolver o dinheiro que ilegalmente se apossou. Para esclarecer o fato de que dezenas de policiais militares estão recebendo o TRV, o Sr. Secretário explica: "...cumpre-nos informar que tal percepção é devida por terem os mesmos sido INATIVADOS em período anterior à vigência do novo Código de Vencimentos (Lei número 6417/73)". — Com esta informação o Sr. Gastão Pires sai do razoável e entra de vez no absurdo, tornando-se engraçado e contraditório. Vejamos:

a) Policiais militares reformados recebendo (e em valores atualizados) a Gratificação do TRV, enquanto, aqueles que estão a arriscar suas vidas e saúde, não recebem! — Absurdo, incrível, mas verdadeiro. O Governo do Paraná está possibilitando essa vergonha, que precisa ser corrigida.

b) O Sr. Secretário dos Recursos Humanos afirma já de princípio no seu Ofício número 1676/77-GB, que a Lei 4946 congelou a Gratificação do TRV em 31 de outubro de 1964. Se esta sua informação é válida, porque então os militares reformados que entraram na Justiça, ESTÃO RECEBENDO A GRATIFICAÇÃO DO TRV EM VALORES QUE ATINGEM EXATAMENTE 1/3 (UM TERÇO) SOBRE OS SEUS ATUAIS VENCIMENTOS? — A contradição do Sr. Gastão nesse aspecto é clarividante, pois se suas informações fossem realmente válidas, os Srs. militares que ganharam no Poder Judiciário, estariam recebendo a gratificação do TRV NAS BASES QUE RECEBIAM EXATAMENTE NO MÊS DE NOVEMBRO DE 1964, que, segundo declara o Sr. Secretário, foi quando o injusto Governo Ney Braga procedeu o demérito congelamento.

6 — Já que o Governo Jayme Canet jura em crer que a Lei número 4946 determinou que a gratificação do TRV deveria permanecer sempre nas mesmas importâncias, isto é, nos mesmos valores ou quantias, citarei apenas alguns valores estabelecidos pela lei 4946, de 31 de outubro de 1964: apenas o maior e o menor.

a) No Artigo 1º — "As tabelas de vencimentos mensais dos cargos efetivos e em comissão, referidas na Lei número 4826, de 20 de fevereiro de 1964 e Decreto número 14.295, de 29 de fevereiro de 1964, ficam substituídas pelas seguintes: "CARGOS EFETIVOS: nível 1, Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil

cruzeiros) — nível 22, Cr\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros) / CARGOS EM COMISSÃO — símbolo 10-C, Cr\$ 200.000,00 — símbolo 1-C, Cr\$ 350.000,00.

b) No artigo 2º — “Os vencimentos dos Oficiais e Praças de Pré da Polícia Militar do Estado, passam a ser pagos, MENSALMENTE, de conformidade com os valores abaixo: “SOLDADO RECRUTA ESTAGIÁRIO, Cr\$ 50.000,00 — CORONEL, Cr\$ 240.000,00.

c) No artigo 3º “As funções gratificadas previstas no art. 1º da lei número 4826, de 20 de fevereiro de 1964, terão os seguintes símbolos e valores MENSALMENTE: símbolo 15-C.F., Cr\$ 85.000,00 — símbolo 1-G.F., Cr\$ 280.000,00.

d) No artigo 13, sobre a carreira de Delegado de Polícia: Delegado de primeira classe, Cr\$ 220.000,00 — Delegado de classe especial, Cr\$ 240.000,00.

e) No artigo 20, referindo-se ao magistério, estabelece que o Professor Sem Habilitação receberá a média mensal de Cr\$ 54.000,00; enquanto o Professor de Ensino Superior Nível 3, atinge Cr\$ 182.000,00.

f) Deixamos nos Artigos referidos, de citar os valores intermediários, e enfatizamos, que se o conveniente para o Senhor Governador é falar em VALORES OU QUANTIAS, sugerimos ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos que estude bem melhor o assunto, acabando de vez com as tergiversações, pois não se brinca com Direitos Legítimos.

7 — A Lei 6.417/73 não exterminou a Gratificação do TRV, como deseja o Sr. Gastão Pires. Juridicamente não se revogam leis sem que sejam devidamente citados o número, a data de publicação e o sentido de aplicabilidade. Genericamente não cabe a afirmativa do Sr. Secretário, de modo, que o Tribunal de Justiça, em processos que requerem com base nas Leis de Gratificação do TERÇO DE RISCO DE VIDA OU SAÚDE, tem julgado, conforme segue, que o PRECEITO CRIADOR NÃO FOI REVOGADO, E MUITO MENOS CONGELADO:

a) No Acórdão número 12.195 — Apelação cível número 811/76, da cidade de Curitiba, o Poder Judiciário sentenciou: “PERDURA A GRATIFICAÇÃO DO RISCO DE VIDA, JÁ QUE O PRECEITO CRIADOR NÃO FOI REVOGADO”. — ...e prossegue: “A MATÉRIA É VELHA NESTE TRIBUNAL E VEM SENDO DECIDIDA NO SENTIDO DO ALEGADO PELOS RECORRIDOS.”

b) No Acórdão número 11.070 — Apelação Cível número 1381/75, também da cidade de Curitiba, a Justiça determinou: “A gratificação atribuída a funcionário em razão do exercício de função com o RISCO DE VIDA OU SAÚDE, NÃO PODE SER SUPRIMIDA ENQUANTO PERDURAR A SITUAÇÃO QUE MOTIVOU A CONCESSÃO.” — o Acórdão em pauta também determinou a Sentença do Excelentíssimo Sr. Dr. Juiz Singular, não merecendo qualquer reforma. Desse feito, não aceitou a pretensão do Governo do Estado.

c) Na Revista dos Tribunais, volume 371/260, está estabelecido com clareza: “GRATIFICAÇÃO DO RISCO DE VIDA É UM DIREITO E NÃO SIMPLES FAVOR”.

8 — Ao concluir, entendo que devo ressaltar as seguintes ponderações:

a) Ao congelar a gratificação do TRV em 31 de outubro de 1964, o GOVERNO NEY BRAGA, ou cometeu incrível “burrice” interpretativa, ou agiu de má fé, de forma escamoteadora, ou simplesmente errou.

b) Na sua tarefa interpretativa, o Secretário Gastão de Abreu Pires foi bem mais longe. Ao puxar capciosamente “a sardinha para as brasas do Governo”, Sua Senhoria omitiu Complementos e Artigos nas Leis fundamentais que citou, relacionando apenas o que é conveniente para o escamoteio.

c) O Governo do Paraná apossou-se indevidamente do dinheiro pertencente legitimamente a mais de 10 mil funcionários públicos militares e civis beneficiados pela Gratificação

do TRV. De forma, que o Poder Público será obrigado a devolver o imenso volume de dinheiro que não lhe pertence, devidamente corrigido de acordo com as determinações legais.

d) Não me surpreendi com as informações prestadas pelo Sr. Secretário dos Recursos Humanos, já, as aguardava, e explico porque: Convém ao Governo do Sr. Jayme Canet Júnior discordar de obrigatoriedade legal de pagar a GRATIFICAÇÃO DO TERÇO DE RISCO DE VIDA OU SAÚDE. Como poderia o Governo do Paraná confessar uma dívida que deverá atingir atualmente mais de 10 bilhões de cruzeiros? — Na Justiça, o trâmite burocrático e legal irá consumir alguns anos, de forma tal, que o “PEPINO” FICARÁ PARA OS PRÓXIMOS GOVERNOS, POIS A PREOCUPAÇÃO DO GOVERNO CANET NÃO É COM FUNCIONALISMO, ABSOLUTAMENTE.

e) Ao Poder Judiciário cabe a tarefa de acabar com a “grande farsa” que o Governo do Paraná iniciou em 1964 na gestão Ney Braga, e que agora ganha dimensões mais sofisticadas no Governo Jayme Canet Júnior. De modo, que considero o entendimento administrativo completamente prejudicado. O caminho seguro e único é a provocação do Poder Judiciário. Devem os funcionários públicos paranaenses militares e civis que colocam em risco suas vidas e saúde no desempenho das suas atividades, procurarem na Justiça, receberem o dinheiro que o Governo do Estado lhes deve desde 01 de novembro de 1964, à conta da GRATIFICAÇÃO DO TERÇO POR CONTA DE RISCO DE VIDA OU SAÚDE.

f) Através de expediente formulado por iniciativa nossa, a Assembléia Legislativa do Paraná apelou ao Sr. Governador para que ESTABELECESSE A PARTIR DO MÊS DE OUTUBRO próximo passado, o pagamento da gratificação do TRV a todo o funcionalismo enquadrado nas disposições do Decreto 14.177, de 20 de fevereiro de 1964. Sua Excelência além de ressaltar a inexistência de Legislação que o permitisse atender a reivindicação, deixou claro a sua opinião contrária ao MÉRITO DA DISCUTIDA GRATIFICAÇÃO.

g) Já que o Sr. Governador entende que não possuímos Legislação que manda pagar a Gratificação do Terço de Risco de Vida ou Saúde, resta-me tão somente dimensionar o apelo, genuflexo: “Senhor Governador, até Dezembro de 1977, o caso será decidido pela Justiça, e o Estado com certeza, perderá. Para impedir que a “bola de nove” seja dimensionada, e que a injustiça seja reparada em parte, a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTÁ AGUARDANDO A SUA LEI, CRIANDO A GRATIFICAÇÃO POR CONTA DE RISCO DE VIDA OU SAÚDE AO FUNCIONALISMO. Mande-a com urgência, e que a partir do mês de janeiro vindouro, SEJA IMPLANTADA.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

A Presidência informa aos Srs. Deputados que, atendendo o que dispõe o artigo 199, do Regimento Interno, com a nova redação dada pela Resolução número 2/71, anunciará ao término da presente Sessão Ordinária, para a Ordem do Dia da próxima sessão, em turno de primeira discussão e votação, a Proposição número 537, emenda à Constituição vigente, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio.

— APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel,

constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 136/75 e 63/76, de autoria dos Senhores Deputados Antônio Facci e Wilson Fortes. Cria o Município de Douradina, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Maria Helena, e divisas que especifica. — Na forma do Substitutivo Geral, de Plenário. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela segunda vez, venho a esta tribuna, para estranhar a tramitação deste projeto de lei, que trata da criação de um município que se desmembra de seu município-mãe, que é Maria Helena.

Eu não sei qual a razão, Sr. Presidente, desta tramitação, da insistente caminhada para se aprovar um projeto, contrariando flagrantemente à lei, apesar de todo o válido esforço dos Srs. Deputados e, sobretudo, da intenção que levaram os seus autores à iniciativa de formular em conjunto esta proposta.

O projeto, ou melhor, a sua tramitação legislativa, é nula, Sr. Presidente; nula, porque conflita com os dispositivos da Lei Complementar número 1 — e é flagrantemente contrário ao disposto no Art. 14 da Constituição Federal. Já se fez aqui neste Plenário, não só por este Deputado, mas também pelo eminente Deputado Accioly Neto, uma orientação que pudessem atender aos interesses daquela coletividade e à pretensão dos nobres Deputados, propositores desta medida.

Nada impediria que esta Assembléia adotasse o rito previsto e prescrito em lei, para que aquele Distrito de Douradina, pudesse vir a se constituir numa unidade administrativa, autônoma, se atendesse o disposto na legislação vigente. Não posso me conformar, Sr. Presidente, com esse processo legislativo que se quer impor, conflitando e violentando e violando a lei e aos princípios legislativos.

É verdade, que a nossa Constituição está toda retalhada, e já se fala em modificá-la novamente, quem sabe até, possa vir um outro pacote e empacotar mais uma vez o resto que resta deste princípio constitucional, porque não passa, ela, de um resto de constituição, este livro, que ainda orienta alguma coisa no arcabouço jurídico desse país.

É lamentável, Sr. Presidente, que, mais uma vez, já em terceiro turno de discussão eu tenha que me posicionar contrariamente por uma questão até de coerência, por uma questão até de lógica; se é que se pode falar em lógica também.

Não se admite no processo legislativo brasileiro vigente, a discussão de uma matéria, da forma como está sendo feita. E é para lamentar, que o claudicante Poder Legislativo, mais uma vez reconheça a sua impotência e a sua impossibilidade de fazer pelos caminhos corretos, pelos caminhos escorregiosos, dos princípios e das regras que orientam o processo legislativo.

É para isto, Sr. Presidente, que estou nesta tribuna, para dizer que o desalento, para dizer que a descrença, para dizer que não se pode mais falar em legislar nas formas prescritas ou nas formas dos princípios éticos que restam na legislação brasileira. É lamentável que se tenha de dizer que vezes se busca o princípio constitucional para impor determinadas aprovações como está acontecendo com o projeto de Orçamento do Estado. Em que, e quero crer, Sr. Presidente, que ainda nesta sessão, um dos Deputados da bancada do MDB se levantará para argumentar a inconstitucionalidade de fórmulas previstas no Orçamento do Estado. Exatamente para satisfazer quem sabe, as pretensões

ou as metas, do Poder Central do Estado. E quem poderia dizer, quem poderia negar que no caso que se discute da elaboração desta lei, que para o meu entender, fraco e evidente, é uma lei inconstitucional? É uma lei que conflita, que desrespeita a legislação complementar.

Sr. Presidente, declaro mais uma vez, que o meu voto será contrário a este projeto, não porque a população não mereça, antes ao contrário, eu acredito que a população que pretende se emancipar, de Douradina, deveria ser tratada com mais acatamento; deveria ser tratada com mais respeito e obedecendo as regras do processo legislativo para a emancipação do seu município. Esta a minha posição e votarei contrário ao trâmite deste projeto, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão os Projetos de Lei números 136/75 e 63/76. — Encerrada a discussão. — Em votação.

Está em exame o Substitutivo Geral apresentado em plenário, dando nova redação aos Projetos de Lei números 136/75, e 63/76.

Em votação o Substitutivo. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — (Pausa).

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). Sr. Presidente, pelo que foi dado a conhecer, em razão do texto, desse substitutivo, houve a meu ver uma redução na área que deveria compor o futuro Município de Douradina.

Essa redução na área, implica na ocorrência de diversas consequências que podem obstar o prosseguimento do projeto. Entre essas consequências, está a diminuição do número de habitantes e de eleitores. Nestas condições, solicito à Mesa, que faça retornar o projeto à Comissão de Constituição e Justiça para verificar se esse aspecto referente ao número de habitantes e de eleitores, em face do que dispõe a Lei Complementar número 1, não está sendo desrespeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Diante do que em questão de ordem levanta o nobre Deputado Accioly Neto, a Presidência sente-se no dever, primeiro: de afirmar que não tem o direito de se constituir em árbitro do litígio criado em torno da matéria.

Deve a Presidência ressaltar que o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça remonta ao fato de haverem sido ambos os projetos de lei objeto de exaustivos estudos. E o parecer é conclusivo “pela aprovação do Plenário”.

Este projeto de lei foi, em razão de decisão soberana do Plenário, anexado a requerimento do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Accioly Neto, e ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, meu digno antecessor, e sem a observância do art. 126 do Regimento Interno, determinou a sua anexação.

Posteriormente, pelo Protocolo 11.623, a requerimento do Sr. Deputado Wilson Figueiredo Fortes, o Plenário também soberano, decidiu que os projetos que haviam sido retirados da Ordem do Dia, com a votação adiada, fossem imediatamente reincluídos na Ordem do Dia, voto da maioria e vontade soberana do Plenário.

Verifica a Presidência que a Comissão de Constituição e Justiça, nas diferentes fases da discussão da matéria, encaminhou, convertendo em diligência, ambos os projetos de lei, para diferentes organismos, no caso Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao Tribunal Regional Eleitoral e também à Secretaria de Finanças do Estado.

E, ao final, a Comissão de Constituição e Justiça afirma que “depois de sofrerem exaustivos estudos da parte de diversos relatores nesta Comissão, os projetos receberam completa instrução documental no sentido de ajustar a matéria às exigências da Lei Complementar número 1, de 1969, que estabelece condições mínimas para criação de município. É o que se verifica, ao compulsar-se a volumosa coleção de dados comprobatórios de

de todas as exigências e formalidades legais que os dois projetos ostentam. A iniciativa está amparada em preceito constitucional e a matéria vem articular nos termos do Regimento Interno, com a notória fidelidade à Lei Complementar número 1, de 1969, a propositura conta com o definitivo amparo legal, merecendo por isto, a anuência desta Comissão. Destarte, o parecer é por aprovação do projeto em epígrafe”.

A Presidência volta a reafirmar: deve à Comissão de Constituição e Justiça, obediência. Estaria a Presidência, deixando de incluir o referido projeto de lei na Ordem do Dia, descumprindo parecer da Comissão que tem merecido, não só da Mesa, mas da Casa o acatamento, e o respeito pela sua atuação sempre digna do valor dos seus componentes.

Devo lembrar também que os projetos foram reanexados e reincluídos na Ordem do Dia em função de requerimento aprovado em sessão do dia 24 do corrente mês, aprovação pela grande maioria do plenário, que é soberano, o requerimento dos Srs. Deputados Wilson Fortes e Antônio Facci.

Qualquer medida da Presidência que não tivesse o respaldo da decisão soberana do plenário, estaria atentando contra o que a Presidência tem no devotamento, no respeito do Plenário.

Razão pela qual, deixa de acolher qualquer indicação que não tenha sido formulada por escrito, que esteja sobre a Mesa, para que seja votado, para que possa ser colocado à judiciosa decisão do Plenário.

Era a última decisão, nessa Questão de Ordem, e a Presidência indica os artigos 96, 97 e 98, do Regimento Interno que determinam que um Sr. Deputado não pode falar duas vezes sobre a mesma Questão de Ordem.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Questão de Ordem). Sr. Presidente, preliminarmente, me parece que, apesar do “referendum” do douto Plenário, a respeito da tramitação desse projeto, se trata de ato nulo. E ato nulo deve ser declarado pela Mesa.

É a preliminar que levanto.

E no mérito, Sr. Presidente, formulo a leitura do artigo 1º da Lei Complementar número 1/67: “A criação de município depende de lei estadual que será procedida de comprovação dos requisitos estabelecidos nesta lei e de consulta às populações interessadas”.

PROCEDIDA. E o artigo 5º: “Somente será admitida a elaboração de lei que crie município se o resultado do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria absoluta dos eleitores”.

Art. 14, da Constituição Federal: “Lei Complementar estabelecerá requisitos...”

Com base nesses preceitos legais, já invocados pela segunda vez, formulo e requeiro a V. Exa. alguns minutos para que formule requerimento pedindo a retirada desse projeto da Ordem do Dia. Porque, estaríamos violando, flagrantemente, a Constituição e a Lei Complementar, que são superiores à decisão de Plenário.

Esta a proposição que faço a V. Exa. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência responde em duas partes a Questão de Ordem de V. Exa.. Primeira: V. Exa. há de convencer o Plenário e não a Presidência; sobre o que considera ilegal, inconstitucional, sobre a matéria;

Segundo: aguarda, por dois minutos, o encaminhamento à Mesa, da proposição, consubstanciada em requerimento, do que pretende V. Exa.

O SR. JURANDIR MESSIAS (Pela ordem). — Sr. Presidente, gostaria que a Mesa informasse, se possível, quantos membros da douta CCJ., estavam presentes quando se discutia a legalidade, ou ilegalidade, do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atenderá e pede um minuto para se posicionar.

6 Srs. Deputados membros da Comissão votaram. E a

unanimidade votou pelo parecer na forma proposta pelo relator, Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Se possível, Sr. Presidente, o nome dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — É possível que a Presidência não tenha condições de fazer, mas todavia, tentará. Deputado Paulo Camargo, Deputado Gilberto Carvalho, Deputado Augusto Carneiro, Deputado Fabiano Braga Cortes... a Presidência não está indentificando uma das assinaturas e pede a colaboração da Assessoria para identificá-la. Quer me parecer, salvo engano, que é de S.Exa. o Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Conseqüentemente, Sr. Deputado, foi por unanimidade dos presentes da Comissão de Constituição e Justiça, com referência à legalidade do projeto. O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não é quanto à legalidade, é quanto ao seu aspecto de iniciativa, que é outra coisa. Parece-me, data vênia, que é este o aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa ao eminente Deputado que os 120 segundos cedidos a V. Exa. estão a se esgotar, para que V. Exa. encaminhe o requerimento à Mesa.

A Presidência tem sobre a mesa, requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto, assim vazado: (Lê) “Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer nos termos do art. 146, § 2º, o retorno dos Projetos de Lei números 63/76 e 136/75 à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de ser apreciada a Emenda Substitutiva dos respectivos autores.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.”

Ocorre que a Presidência também deve invocar o artigo 177 do Regimento Interno.

O Artigo 177 está assim redigido:

“Durante a discussão de uma Proposição, qualquer Deputado poderá requerer o adiamento de sua votação, que só será concedida por prazo previamente fixado”.

Todavia, convém que a Presidência lembre os Srs. Deputados que a discussão desta matéria já está encerrada. E estando em fase de votação, regimentalmente não poderão ter a sua votação sobrestada ou adiada. Todavia, a Presidência mais uma vez curva-se à soberania do Plenário e, depois de instruir o requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto, com os respectivos números dos projetos de lei, vai colocá-los à consideração do Plenário.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência vai fazer a leitura de requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo assina, com o devido respeito, requer seja retirado da Ordem do Dia, os Projetos de Lei números 136/75 e 63/76, para cumprimento do art. 14 da Constituição Federal e Lei Complementar número 1/67, e com audiência do Plenário. Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência verifica que muito embora...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, apenas quero dizer, à Presidência, que, pela rapidez, em atender a Presidência, esqueci de colocar os números 136/75 e 63/76, que são os projetos que querem invocar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência levará em consideração.

A Presidência tem, sobre a mesa, dois requerimentos do eminente Deputado Accioly Neto, que solicitam o retorno do Substitutivo à Comissão de Constituição e Justiça, para que o Substitutivo, apresentado no Plenário, receba o Parecer daquela douta Comissão; e do eminente Deputado Fidelcino To-

lentino, que pede o cumprimento do artigo 14 da Constituição Federal, da Lei Complementar número 1/67.

A Presidência alerta os Srs. Deputados, solicitando de todos a atenção para a forma de votação. A Presidência colocará em votação, o requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto que, se aprovado, prejudicará o requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino e considera também a Presidência que, rejeitado o requerimento do eminente Deputado Accioly Neto, automaticamente rejeita, também, o requerimento do eminente Deputado Fidelcino Tolentino, prejudicando-o, porque trata da mesma matéria. Tão somente, o requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto dá o encaminhamento que pretende, ao Substitutivo, que não mereceu ainda a judiciosa apreciação da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto.

— APROVADO.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere, e colocará a votação em ordem inversa.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, queiram levantar-se. — (Pausa).

21 Srs. Deputados aprovam.

6 Srs. Deputados rejeitam.

APROVADO O REQUERIMENTO, computando-se a presença do Deputado Presidente, que, não participando da votação, regimentalmente dá “quorum” para deliberação.

Em consequência da aprovação do requerimento do Deputado Accioly Neto, fica prejudicado o requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, a quem a Presidência agradece o interesse na discussão da matéria.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 100/77, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Renascença, com sede e foro na cidade de Renascença. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 132/77, oriundo da Mensagem Governamental número 114/77, que trata do Orçamento Programa Anual do Estado Referente ao Exercício de 1978. Com Parecer da Comissão de Orçamento e Emendas. — Em discussão.

OFÍCIO NÚMERO CO-06/77

Curitiba, em 24 de novembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, o Projeto de Lei 132/77, que trata da lei orçamentária para o exercício financeiro de 1978, aprovado em duas discussões, estando assim em condições de ser levado à consideração do Plenário desta Casa para terceira e última discussão.

Anexo, o relatório final apresentado pela Comissão.

Sendo o que se me oferece na oportunidade, reitero a Vossa Excelência, meus protestos de alta estima e consideração.

(a) JORGE SATO — Presidente

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei número 132/77

Após votação em plenário da matéria orçamentária, em segunda votação, retorna a esta Comissão o referido plano de lei, para cumprimento do dispositivo regimental, que determina seja redigido de acordo com o ponto de vista vencedor, para terceira e última discussão e votação.

O que fazemos nesta oportunidade e apresentamos à consideração dos nobres Pares que compõem esta Comissão.

Sala das Reuniões, em 24 de novembro de 1977.

(aa) JORGE SATO — Presidente

APOIAMENTOS: Egon Pudell, Fuad Nacli, Antônio Facci, Domício Scaramella e Francisco Escorsin.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, como há dúvida na interpretação do Regimento Interno que trata desta matéria, gostaria de dirigir uma consulta a V. Exa., no que respeita ao seguinte, Sr. Presidente. — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência aguarda a consulta de V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, as emendas, no processo de tramitação do Orçamento, devem ser apresentadas junto à Comissão Técnica específica. Rejeitadas, para que possam ser apreciadas pelo Plenário, há necessidade de um outro procedimento regimental. Atendida a apresentação, atendida a formulação de emenda, perguntaria a V. Exa., Sr. Presidente, por que a Resolução que trata do assunto e, não especifica, qual o momento propício, qual a oportunidade correta, para se reavivar, se reativar a Emenda Orçamentária?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência responde — a Resolução número 17/67, não deixa dúvidas porque é conclusiva, independente, praticamente, de interpretação.

Art. 7º da Resolução 17/67 — “A decisão da Comissão sobre as emendas, é final; a menos que, um terço dos membros da Assembléia Legislativa, requeira, por escrito, ao Presidente, a votação, em Plenário, sem discussão, da emenda aprovada ou rejeitada, na Comissão de Orçamento.

Verifica-se, pois, no parágrafo único, do artigo 9º, a seguinte redação: “Votado o projeto, de primeira discussão, respeitado o interstício de 48 horas, será realizada a segunda discussão, na qual serão, também, apreciadas as emendas, objeto do requerimento de que trata o artigo 7º.”

A Presidência, regimentalmente, em obediência a nova redação dada pela Resolução 17/67, assim procedeu. Na fase de segunda discussão...

A pergunta de V. Exa. era nesse sentido?

O SR. ENÉAS FARIA — Eu não estou contestando a tramitação do projeto. Eu indago a V. Exa. se, hoje, em terceira discussão, seria oportunidade para reativar algumas daquelas emendas. Ou se esta oportunidade seria, se não seria própria da terceira discussão, seria própria da segunda discussão?

Seria própria da primeira discussão? Ou seria no intervalo que medeia entre a remessa da Comissão de Orçamento para à Presidência, para o Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa a V. Exa. — a fase de requerer destaque para a votação das emendas aprovadas ou rejeitadas pela Comissão Especial, é, exatamente, aquele que antecede a primeira discussão e votação da matéria, com a análise feita no turno de segunda discussão da matéria.

A decisão do Plenário é definitiva quando aprova ou rejeita as emendas apresentadas na Comissão. Razão pela qual entende a Presidência, no turno de terceira discussão, apresenta-se, esta Casa, como se fora votação de redação final.

Está assim posto no art. 11 da Resolução, “aprovado em terceira discussão, será o projeto enviado à sanção governamental.”

É, portanto, a terceira discussão e votação desta matéria similar à votação de Redação Final de Projeto de Lei Ordinária. Em discussão a matéria.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. ENÉAS FARIA — Se o Deputado Waldenício Barbalho permitir, enquanto encaminha-se à tribuna eu voltaria a consultar V. Exa. — (Pausa)

Eu aguardo V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lembra ao eminente Deputado o que estatui o § 5º, do artigo 97, do Regimento Interno, e pede, por favor, a sua observância.

Com a palavra, para discutir a matéria, o Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Efetivamente não pretendo discutir todo o Orçamento, apenas dotações orçamentárias que foram destinadas ao Tribunal de Justiça, à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas. Se as emendas do Deputado Waldenício Barbalho tivessem sido aprovadas pelo Plenário da Assembléia Legislativa, naturalmente aqui não estaria. Mas já que elas não o foram, sequer posso mais discutí-las, porque trata-se de matéria vencida, aí está a Lei Orçamentária, evitada de vício insanável, data vênica, este é o meu entendimento.

O difícil é exatamente fixar limites para essa discussão. Vou iniciar, lendo um conceito do ilustre penalista italiano, Piero Calamandrei, cujo livro mantenho na minha biblioteca, desde abril de 1954, quando cheguei neste fabuloso Estado do Paraná, na minha cidade de Paranavai.

E eu o tenho com a mesma admiração dos ferrenhos, admiradores da Bíblia Sagrada que a mantêm à cabeceira de suas camas.

“Os advogados e os juízes desempenham no mecanismo da Justiça o papel das cores complementares na pintura. Opostas, é pela aproximação que melhor se fazem valer.

As qualidades que mais se respeitam nos Magistrados: a imparcialidade, a resistência a todas as seduções dos sentimentos, a sua indiferença serena, quase sacerdotal, essas qualidades, que purificam e recompõem sob a rígida forma legal as manifestações mais vergonhosas da vida, não teriam tamanho brilho se ao seu lado, para lhes dar mais relevo não se pudessem opor as virtudes contrárias dos advogados, isto é: A PAIXÃO DA LUTA GENEROSA PELO DIREITO, A REVOLTA CONTRA TODOS OS SUBTERFÚGIOS, a tendência — contrária a dos juízes — para adoçar pelo calor do sentimento o duro metal das leis, a fim de melhor o adaptar a viva realidade humana”.

Este é o limite inicial. E o outro, o final foi buscá-lo, no mesmo autor, às páginas 27 — “O esforço dispendido por aquele que procura a justiça, não é nunca infrutífero, ainda que a sua sede fique por saciar; Bem aventurados aqueles que têm fome e sede de justiça.”

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Está na Constituição Federal — “Todo Poder emana do Povo e em seu nome é exercido”.

Diremos que todo o Juiz emerge do povo em razão de suas virtudes, que deve tê-las para exercer a alta função do Magistrado.

Prescreve o Art. 6º da Constituição Federal; “São Poderes da União independentemente harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

§ Único — Salvo as exceções previstas nesta Constituição. É VEDADO a qualquer dos Poderes, DELEGAR ATRIBUIÇÕES quem for investido na função de um deles, não poderá exercer a de outro.”

Este artigo está repetido no artigo 4º da Constituição Estadual.

Das Competências Locais — É um Capítulo:

“Salvo as exceções previstas nesta Constituição é vedado a qualquer dos Poderes, delegar atribuições, quem for investido

na função de um deles, não poderá exceder a de outro.”

Pergunta-se, Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Quais as funções dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário? Naturalmente, a competência de cada um deles, deve estar prevista na Constituição. Não há necessidade de ler, afinal, fazer é função exclusiva, do Poder Executivo. Como é competência do Poder Judiciário aplicar a lei. E do Legislativo, fazer a Lei.

Não vi na Constituição, competência para o Poder Judiciário fazer, administrar, como não vejo na Constituição, competência para o Poder Executivo, legislar.

No entanto, a Proposta Orçamentária foi encaminhada a este Poder. E isso vem até provar a muitos Deputados da ARENA, que nós do MDB não fazemos oposição sistemática. Foi a principal Proposição do ano, encaminhada por S. Exa., o Sr. Governador do Estado, que recebeu votação, se não unânime, da esmagadora maioria dos Srs. Deputados, conferindo poderes a S. Exa. para administrar o Estado do Paraná. São ao todo (um orçamento milionário ou bilionário, quem sabe, trilionário em termos de cruzeiros velhos), 18 bilhões, 410 milhões, 460 mil cruzeiros.

E poderá ser acrescido de 5 por cento no artigo 7º da própria Lei Orçamentária, perdão, de 30 por cento.

Então, teremos o Orçamento aumentado ao bel prazer de S. Exa. o Governador, para quase 24 bilhões de cruzeiros.

Está o Movimento Democrático Brasileiro, colaborando com o Governo, numa oposição construtiva. Mas fazendo a este mesmo Poder as restrições que são da competência exclusiva dos Srs. Deputados. Por exemplo, fazer restrições à conduta de S. Exa. ao encaminhar esta Proposta Orçamentária. Porque quando o fez, o Governador do Estado não deu o crédito de confiança, que deveria dar ao Poder Legislativo. E muito especialmente à Mesa da Assembléia Legislativa. E por quê? Porque fez a este Poder uma restrição, qual seja a constante do Orçamento de que o Poder Legislativo pode usar a dotação orçamentária constante do Orçamento, mas através de repasse. Não pode, como vai poder o Poder Judiciário, e o Tribunal de Contas, que é órgão auxiliar da Assembléia Legislativa do Estado, usá-la diretamente.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Apenas para concluir o meu pensamento, já lhe darei o aparte.

Dai então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por que não dizer que S. Exa. o Governador do Estado não confiou no Poder Legislativo que lhe dá esse prêmio. O prêmio, sem maiores discussões de um Orçamento trilionário. Poderíamos até falar em termos de milhões de dólares; já que S. Exa. é, como disse certa vez, o “homem dos 55 milhões de dólares”, com o voto do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, é esta falta de uniformidade que poderia ter sido corrigida através das emendas do Deputado Waldenício Barbalho, que poderia ter sido evitada com a aprovação das emendas que recebeu voto de louvor, dos Deputados componentes da Comissão Orçamentária, e é preciso que, numa homenagem a esses Deputados, seja declinado os seus nomes, Fuad Nacli, Francisco Escorsin, Jorge Satoe Egon Pudell. Decepcionados com a atitude do Chefe do Poder Executivo, se retiraram do plenário para não votar contrariamente às emendas que eles aprovaram na Comissão de Orçamento. O recuo do Governo foi de decepção porque se perdeu a oportunidade de uniformizar a lei, excluindo o vício de flagrante inconstitucionalidade para a Lei Orçamentária. Mas isso não foi feito e aí está o Orçamento sujeito à provocação de alguém que poderá levantar a inconstitucionalidade através de uma ação própria e conseguir a vitória no Supremo Tribunal Federal. E o Senado, invalidar o ato aprovado pela Assembléia Legislativa. Esse é o trâmite legal.

Tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é profundamen-

te lamentável. A Assembléia Legislativa do Estado, aceitou manobra política, de iniciativa certamente do Poder Executivo, para se tornar agradável ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas. Um, o Poder que julga o seu Chefe nos crimes comuns. O outro, que aprova ou desaprova ou dá parecer favorável ou contrário às suas contas. E Poder, como o Judiciário, lá encima, no pedestal, com toda a sua Majestade, perde a Majestade, quando pede a outro poder, prêmio desta natureza. E para que, Sr. Presidente, para quê? Para que o Tribunal de Justiça se torne numa instituição política. Política do mais baixo nível. É verdade que se diga, com coragem e com toda ênfase.

Ainda me lembro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do que disse aqui o nobre Deputado Deni Schwartz: os Municípios do Estado do Paraná são divididos em municípios de primeira, segunda e terceira categorias, e apontou o meu município sede, o município onde eu tenho domicílio eleitoral, Paranavaí, como município de terceira categoria. E por quê? Porque a dotação orçamentária destinada ao Tribunal de Justiça, o Tribunal de Justiça a manipula como quer e lhe convém. Através de poder de pressão condenável, exigem os Desembargadores, de cúpula, Presidente e Corregedor Geral da Justiça, que os terrenos para construção de foros sejam doados pelos municípios que vivem a migalhar, através de comando político, — a maior fonte da corrupção deste Estado —, vantagens para as suas comunidades. As doações de terrenos, são feitas e a prometida mão-de-obra pelas Prefeituras para construção de foros. A verdade virá depois na prestação de contas.

São milhões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são milhões de cruzeiros na dotação orçamentária. 18 milhões e 300 mil cruzeiros. Dotação orçamentária superior ao orçamento de alguns municípios da minha região noroeste do Paraná.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamento dizê-lo, mas o faço com a coragem que Deus me deu, com a independência decorrente de minha formação moral e jurídica, que erra e muito o Tribunal de Justiça quando pede; muito mais ainda, o Poder Executivo quando aceita o pedido.

Comprometem-se os dois; comprometem-se os dois Poderes e destaca-se nesse comprometimento a injustiça, digamos, para alguns cometida contra o Poder Legislativo.

O Tribunal de Contas pode manipular sua verba. Não há necessidade de construção ou reforma de prédios públicos através da EMOPAR — empresa criada pelo Governo com essa finalidade. Não. O Tribunal de Justiça também. Órgão e Poder dos quais depende S. Exa. o Sr. Governador. A Assembléia Legislativa não pode.

Sr. Presidente, falando com esse entusiasmo, de improviso, é muito difícil falar de improviso, principalmente nesse regime que nós nos encontramos. Quem sabe, poderá sair daqui alguma coisa — alguma declaração que importe na cassação do Deputado. Mas, me perdoe nobre Líder, V. Exa. tem o aparte, com muito prazer.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado Waldenício Barbalho.

Mais uma vez, no seu entusiasmo, faz uma peroração pungente a esta Casa.

E eu até estaria disposto a aplaudir V. Exa. se os pressupostos e as premissas que motivam e impelem o seu entusiasmo tivessem uma fundamentação fática ou jurídica.

Mas, Sr. Deputado, tal fundamentação é escassa tanto no plano jurídico como no plano fático, e digo porquê:

A proposta de lei orçamentária enviada a esta Casa pelo Governo do Estado, quando inclui a expressão "através da EMOPAR", o fez apenas para atender a uma razão de ordem pragmática. É que já, na executiva que antecedeu a atual, a Assembléia Legislativa negociara com a EMOPAR, a construção de um novo anexo. Há, inclusive, projeto selecionado, há, inclusive, detalhamentos técnicos já examinados.

Portanto, não pretende o Executivo compelir a Assem-

bléia a, obrigatoriamente, construir esse anexo através da EMOPAR. Apenas, reconhece e respeita o entendimento já havido pela Executiva anterior com aquela entidade vinculada à Secretaria da Administração.

Portanto, não houve nenhum desrespeito à Assembléia Legislativa do Paraná em razão desses fatos.

Mas, também, se pretender V. Exa. questionar uma emulação jurídica, não vejo que tenha havido delegação de competências, ou delegação de atribuições, de um Poder para outro.

Sabe V. Exa. perfeitamente que não tendo o Poder Judiciário receita própria para custear os seus serviços, é evidente que esta há de vir, há de brotar do Orçamento Geral do Estado.

Portanto, quando o Governo do Estado atribuiu tal dotação ao Poder Judiciário, está, exatamente, preservando a independência daquele Poder.

Se esse Poder está se portando bem ou mal, se está à altura, ou não, de sua missão e das incumbências que se lhes incumbem, é matéria que refoge desta discussão.

Mas quero enfatizar — não com a ênfase, com o brilho, que V. Exa. confere às suas palavras, mas, entendo que a posição, que a argumentação, o entendimento de V. Exa. — no meu entendimento — não tem melhor sorte.

Não houve, em todo esse processo, nenhuma delação ao que dispõe o artigo 60, § único, da Constituição Federal, que veda delegação de poderes, de um para outro Poder, a não ser nos casos em que a própria Constituição especifica.

No caso em apreço, não me parece que essa norma tenha sido vulnerada. E digo a V. Exa. que desconheço qualquer atitude do Sr. Governador que tenha, direta, ou indiretamente, pretendido minimizar a importância de qualquer um dos dois Poderes.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — V. Exa. disse bem. Mas, tenho o direito de presumir.

Se a Comissão de Orçamento aprovou, com voto de louvor ao Deputado autor da emenda e depois, recua o Governo, presumo que houve, que deve ter havido, acerto entre Poder Judiciário e Poder Executivo. Mesmo porque, nobre Deputado, respeitando a argumentação jurídica de V. Exa., tenho a Constituição nas mãos, e não posso dar outra interpretação: é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições.

Nobre Deputado, construir prédios é atribuição do Poder Executivo.

Isto é de uma clareza meridiana.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Parece nobre Deputado. Data vênica não me parece. Veja V. Exa. que os foruns, que é exatamente o tópico que está em discussão, são prédios vinculados, administrados, mantidos e construídos pelo Poder Judiciário.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Exatamente, V. Exa. há de dizer e aí V. Exa. convenceria, compete exclusivamente ao Poder Judiciário dizer da conveniência e da necessidade da construção do prédio público neste ou naquele município, mas a construção, não.

Com a emenda à dotação orçamentária, o vício poderia ser corrigido. Para que a EMOPAR, empresa pública? Para administrar, nobre Deputado. Estou querendo ser o mais elegante possível com o Poder do qual me considero parte porque sou advogado. Respeito e tenho uma consideração toda especial a meus colegas também Bacharéis em Direito. Mas não posso fugir desse argumento, o que há na realidade é o seguinte: a manutenção de uma dotação orçamentária para uso da cúpula do Poder Judiciário, que será conduzida aos empregos dos seus afilhados, dos seus parentes, através de escritórios, de engenheiros etc., etc....

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado, queria apenas fazer uma colocação e pedir o seu acatamento.

Veja V. Exa., se o Poder Executivo tivesse deixado a si o

encargo de construir tais foruns, aí sim me pareceria que maior seria a subordinação do Poder Judiciário ao Poder Executivo, porque ficaria à mercê do Executivo o atendimento ou não das reivindicações do Poder Judiciário, no que diz respeito à construção dos seus prédios. Parece-me que o argumento de V. Exa., embora impulsionado por uma presunção que eu até posso considerar legítima ou legitimada, todavia, gostaria de ressaltar a V. Exa. este aspecto da questão, isto é, o Poder Executivo se pretendesse manipular o Poder Judiciário, aí sim, teria interesse em que esta atribuição ficasse à sua deliberação e a seu juízo exclusivo, o que não ocorreu, prova contundente, meridiana, clara, no meu entendimento, de que o Poder Executivo está acatando e respeitando a tripartição dos Poderes.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

O nobre Líder da ARENA traz à baila um assunto muito sério. Se verdadeiro, seria uma interferência do Executivo junto ao Poder Judiciário o fato de ele manipular as verbas, de ele ter as verbas para construções do Judiciário, fica no ar o seguinte: estará havendo interferência do Poder Executivo junto ao Legislativo, das tão faladas e afamadas verbas do Palácio? Onde nós Deputados nos sujeitamos a pedir ao Sr. Governador para que libere verbas para determinadas associações, que nós indicamos? Quando se levantou a hipótese de que estas verbas fossem transferidas para a Assembléia Legislativa, levantou-se imediatamente a voz de que não cabe ao Legislativo estar distribuindo verbas.

De outra parte, Sr. Deputado, é muito importante o que o Senhor traz nesta tarde a esta Casa porque coincide exatamente com uma data, faz um ano, Sr. Deputado Waldenício Barbalho, que o nosso Governador, qual um touro dentro de uma ouviversaria, dentro de uma loja de vidros, na revista "Veja" acusou o Poder Judiciário do Paraná, de fazê-lo readmitir funcionários desonestos do Executivo.

Todo o Brasil está lembrado que a revista "Veja", de outubro do ano passado, publicava que o Sr. Governador se via impelido, por mandato judiciário, a readmitir funcionários que haviam sido postos na rua por haverem praticado irregularidades.

De outra parte, Srs. Deputados, faz um mês que a imprensa paranaense denunciou a célebre gratificação secreta, logo reclamada exatamente pelo Poder Judiciário.

Deputado Waldenício Barbalho, as emendas de V. Exa., com o apoio desta Casa, com o apoio da Comissão de Orçamento, serviram para que o Sr. Governador "limpasse a barra" — para usar um termo de gíria — "limpasse a barra" junto ao Poder Judiciário, com o qual ele não estava bem, e para isto não teve a ombridade que teve um outro homem que o Paraná...

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicitaria a V. Exa., que verificasse as palavras do nobre Deputado, que está atacando um Poder constituído, que é o Poder Executivo. O Governador Jayme Canet Júnior, como todos nós sabemos, não tem "barra suja" alguma! O problema de verbas do Palácio, foram liberadas para a ARENA, e para o MDB. Se de fato não houver sido verdadeiro este fato, então, poderemos fazer coro com o Deputado Deni Schwartz, mas, não podemos permitir que se diga que o Governador Jayme Canet precisa "limpar a barra", porque a "barra" dele está limpa e isto vamos mostrar, na eleição!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a certeza de que o Deputado Deni Schwartz não teve a intenção de colocar o Chefe de um dos três Poderes Constituídos, em situação delicada e vexatória. A Presidência encarece dos eminentes Srs. Deputados, que, procurem preservar o bom entendimento existente entre os três Poderes Constituídos do Estado, criticando-os, de forma a não ofender a dignidade pessoal de qualquer das pessoas que eventualmente estejam

ocupando a chefia dos outros Poderes.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Há poucos dias eu fiz uma declaração nesta Casa de que sou revolucionário.

Continuo sendo. Eu defendo os princípios da Revolução, só que não confundo Revolução, com Governo, nem os princípios da Revolução se constituem em princípios de um partido só; entendo que lutar pela moralização, é dever de todo homem de bem. E como ainda não tenho vergonha de me considerar homem de bem, eu luto pelas metas revolucionárias dentro do Movimento Democrático Brasileiro. Vou buscar o erro, fazendo oposição construtiva, onde o erro se encontrar. Se uma Comissão de Orçamento dá uma decisão jurídica até, porque tem por objetivo uniformizar a Lei Orçamentária, e depois recua o Governo, presumo, é natural que presumo a Oposição, que faça essa presunção, de que houve um entendimento entre os dois Poderes; Poder que pede, repito, perde a majestade; juiz que pede, não é juiz imparcial. Então, se o Tribunal pede através da sua cúpula — e eu presumo que o tenha feito — perdeu a imparcialidade para julgar o Governador, no futuro, nos crimes comuns e de responsabilidade através do colégio eleitoral formado entre desembargadores e deputados. Não terá mais a imparcialidade para julgar. É um elogio até que faço ao jurista italiano, Calamandrei, autor da bíblia jurídica que conservo na cabeceira da minha cama, para ler ou consultar quase todos os dias. "Eles os juízes e nós, os Advogados". A história italiana registra que um juiz ao deixar uma carta justificando seu suicídio, afirmou: "Suicido-me porque tenho a certeza que condenei um inocente".

Nós, aqui, no Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que vemos, com relação à verba secreta de S. Exa.? Um ato nulo de pleno direito!

Um despacho de S. Exa., o Sr. Governador, e não um decreto como poderia ter feito, o que vemos é o Poder Judiciário, através de 40 juízes, fazer um requerimento ao Presidente do Tribunal para que lhes seja reconhecido o direito adquirido.

Direito adquirido?!

Fundamentado num ato nulo de pleno direito?

Então, poder-se-ia dizer — o direito fisiológico dos Srs. juízes que esquecem a lei; esquecem, inteiramente, a lei e vêem, apenas, o seu interesse econômico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que será do futuro desse Tribunal, quando juízes, dessa natureza, se dirigem ao Sr. Presidente do Tribunal invocando direito adquirido para fazer jús a um direito fundamentado num ato nulo de pleno direito?

Dou o aparte a quem primeiro o solicitou, ao nobre Líder do Governo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Muito obrigado, nobre Deputado.

Nobre Deputado Waldenício Barbalho, imperioso é dizer a V. Exa. que a empolgação com que V. Exa. se manifesta, neste momento, talvez, tenha contribuído para emitir um conceito não verdadeiro.

Em primeiro lugar, porque não houve aumento secreto; em segundo lugar, porque ele foi legal e fundamentado; e, em terceiro lugar, para, novamente, ressaltar de que a pretendida equiparação dos Srs. Desembargadores com os Srs. Secretários de Estado, é legítima e verdadeira. Ocorre, apenas, nobre Deputado, que os Srs. Desembargadores recebem mais que os Srs. Secretários de Estado; razão pela qual o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, pediu àquele petitório enviado através da Associação dos Magistrados, fosse melhor fundamentado, porque ele, como Presidente do Tribunal de Justiça, sabe desta palpável e inarredável realidade.

Mas, eu, também, quero me louvar deste aparte que V. Exa. tão generosamente me concede, para dizer aos Deputados e, principalmente, ao Deputado Deni Schwartz, que o Sr. Governador do Estado, apenas, cumpre o seu dever e não está preocupado se o Poder Judiciário o vê com simpatia, ou com antipatia.

Acredito até e, o nobre Deputado Deni Schwartz há de concordar comigo, com certeza, que o Sr. Governador do Estado, extravasando, talvez, dos limites do que impõe a prudência política, num desabafo que merece o nosso aplauso, disse e é verdade, que muitas vezes, o Poder Judiciário deixa de punir pessoas que, efetivamente, merecessem tal punição, às vezes, até, por questões processualísticas e por artimanhas advogáticas; mas, esta é a grande realidade. E se o Poder Judiciário não apreciou a declaração do Sr. Governador do Estado, eu tenho certeza que todos os homens de bem do País, do Paraná, apreciaram, a declaração, corajosa do Sr. Governador do Estado.

Eu quero, apenas para encerrar, dizer que tanto o Governador não pretendeu que o Poder Judiciário lhe viesse bater às portas para pedir uma composição que mandou o orçamento tal qual ele imaginara; porque poderia, perfeitamente, ter feito o contrário; poderia ter remetido a esta Casa a Mensagem, contendo uma disposição que tirasse do Poder Judiciário, a atribuição dele próprio, construir os seus edifícios. No entanto, não o fez, porque o Governador não pretendeu chantagear o Poder Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Eu louvo, até, a defesa que V. Exa. faz do Sr. Governador.

Mas, nobre Deputado, o que é moral?

O conceito legal poderá ser estadual, municipal ou nacional, mas qual é o conceito de moral? Será que há limites? Eu entendo que o conceito de moral seja universal. Se V. Exa. defende e louva o Governo pelo fato de ter determinado a devolução do aumento indevido ao seu Secretariado, eu poderei dizer, nobre Deputado, que este fato acontecido nos Estados Unidos, só restaria um canunho para S. Exa. o Governador do Estado. Seria pressionado pelo Congresso para renunciar a sua função.

Aí está a história para prová-lo. O Diretor do Escritório de Orçamento dos Estados Unidos, Bert Lance, há, tempos passados, como candidato a Governador da Georgia, emitiu cheques sem a suficiente provisão de fundos. Passados alguns anos é convidado para ser Diretor deste Escritório de Orçamento, que deve corresponder a V. Exa. há, quem sabe, até de me ajudar, ao cargo, no Brasil, de Ministro da Fazenda. Não obstante o seu comportamento exemplar, no exercício desta função, descobriu o Parlamento a falha de ordem moral daquele Secretário. Que fez?

A imprensa deu notícia, nobre Deputado. Foi a moral que o conduziu a exonerar-se da função para deixar à vontade o Presidente Carter.

Esta é a moral, nobre Deputado. Se o Governador determinou a devolução do dinheiro, por isso deixou de cometer o crime? Deixou de cometer o erro? Em absoluto. O erro está cometido, nobre Deputado. O erro está inteiramente, se V. Exa. me permite, está inteiramente cometido.

Sequer o Governo chamou a responsabilidade o seu Assessor. Admito até que S. Exa., o Governador, estivesse inocente; tenha sido conduzido ou levado a assinar o despacho através de sua assessoria, de sua má assessoria. Mas, que fez? Silenciou, calou, admitiu, aceitou, porque o conceito de moral para alguns brasileiros não é o conceito universal, nobre Deputado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Eu só quero lembrar, Deputado Waldenício Barbalho, que me parece que o Poder Judiciário ou mais, os Magistrados invocados por S. Exa. eles quem sabe até, estribados na reforma do "Riacho Fundo", no Pacote de Abril, que deu uma redação que conflita com os conceitos de moral que V. Exa. está falando, me parece assim, não quero entrar em maiores indagações, mas é um juízo pessoal e pequeno até, para a estatura de um jurista, se é que eles poderão emitir um conceito nesse campo. "Assegu-

rados a estes vencimentos, não inferiores a Secretários de Estado, não podendo ultrapassar os fixados para os Ministros do Supremo Tribunal Federal".

Então, é o próprio Governo e não como diz bem V. Exa., o princípio revolucionário, mas é o Governo que dá ensejo a essas distorções. E foi com base nessa Reforma que eles, Juizes, perpetraram esta medida ou ingressaram com este petítório, buscando uma melhora nos seus vencimentos. E quando V. Exa. diz que o Governo do Estado, ao ordenar, ao orientar, ao oficial, não decretar, oficial aos Secretários o aumento da verba de representação de 15, em número redondo para 25, se louvou de um ofício e depois recuou. Diz bem V. Exa., não sei se é erro, se é crime, ou qual o conceito jurídico que se possa dar. A verdade é que mais uma vez, S. Exa. errou, e mais uma vez, esta Assembléia tem que declarar o seu erro, porque é dever desta Assembléia, e é para cumprimentá-lo que eu pedi o aparte.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Se V. Exa. me permite; mais um aparte.

Parece-me que V. Exa. está pretendendo estabelecer proposadamente uma confusão sobre assuntos tão claros.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Indagaria da Presidência, quantos minutos me restam ainda.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. subiu à tribuna às 17 horas e 6 minutos, no relógio da Presidência. Tem portanto, 15 minutos.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Tem o aparte o Deputado Luiz Roberto Soares.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Acabava de dizer, nobre Deputado, que me parece que se pretende, intencionalmente, estabelecer uma confusão para um assunto tão claro.

V. Exa. investe furiosamente contra a imoralidade e todos nós estamos de acordo. Eu só gostaria que V. Exa. me apontasse onde ela ocorreu neste procedimento.

Porque eu acabo de dizer a V. Exa. de que, o aumento proposto através de ofício foi feito fundado em norma legal.

O Sr. Governador do Estado tem respaldo legislativo para tanto, do Estatuto dos Funcionários Públicos que lhe permite conferir maior gratificação a quem bem entender, desde que exista fundos orçamentários para tanto. Foi exatamente o que ele fez. Apenas por uma questão de interpretação percebeu que, a se manter tal aumento, isso implicaria num aumento geral da ordem de 150 milhões, que o erário do Paraná não pode suportar. O Deputado Erondy Silvério já fez da tribuna, uma apreciação que, na minha opinião, definiria sobre o problema.

Recuou porque em razão de possíveis interpretações, ele teria em consequência, de fazer com que o erário público arcasse com mais 150 milhões de cruzeiros, o que no entendimento dele, o erário público não está em condições de suportar. Exatamente isso, apenas, quero ressaltar a V. Exa. de que não vejo no ato, nenhum resquício de imoralidade, e muito menos de ilegalidade.

Se fosse ilegal, os Srs. Líderes evidentemente, a esta altura já teriam se valido da justiça para pretender obter o que entendem ser devido a eles.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Nobre Deputado, eu fui conduzido à discussão do secreto, afinal de contas, o que eu estou discutindo...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Não é secreto, porque evidentemente, o Tribunal de Contas, deveria ter tomado conhecimento.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Se V. Exa. me permite, secreto é o apelido do aumento, como é "casca de ovo", para o asfalto de baixo custo. Agora V. Exa. deve ter entendido perfeitamente.

Fui conduzido a esta discussão do "secreto", na discussão do secreto, só vi o aspecto moral, não examinei o aspecto legal. Talvez seja até dos que entendem que S. Exa. o Governador do

Estado, poderia estar inocente. Deve ter sido mal assessorado, só não o perdão, porque não tomou as providências no sentido de eliminar do seu secretariado aquele, que o informou mal, que o orientou, que foi dele mal assessor. Se ele não o fez, tornou-se conivente com o ato ilegal ou imoral.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Mas onde é que está a imoralidade?

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Está no despacho. Eu nunca vi aumentos, de Secretários com este fundamento.

Nunca vi Governador de Estado, aumentar secretariado através de despacho. E a devolução do numerário recebido? Quando o Poder Público cobra do cidadão, juros e correção monetária. Pergunte-se a que título foi feita esta devolução? Basta perguntar a que título? Sem correção monetária e sem juros de mora? E os cofres públicos nobre Deputado? É preciso que se defenda os cofres públicos. Estou defendendo os cofres públicos do Estado. Entendo que esteja defendendo, porque este dinheiro sendo devolvido aos cofres públicos não será a mesma importância que foi retirada dos cofres do Estado; que foi autorizada por S. Exa. o Sr. Governador, para pagamento de SS. Exas. os Secretários.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu não sei se a devolução está sendo feita parceladamente ou está sendo feita integralmente. Sei que a quase totalidade, senão a totalidade dos Srs. Secretários fizeram a devolução, se não na sua totalidade, pelo menos a informação que eu tenho é esta. Posso verificar. Todavia, é preciso também examinar, se esta devolução, em razão do pouquíssimo espaço de tempo que intermediou entre a ação de conferir e a ação de não conferir, incidiria a correção. Ou se alguma legislação exige que tal devolução — aliás diga-se de passagem, de uma importância irrisória, exigiria a incidência da indexação da moeda. É preciso se examinar antes de V. Exa. com esta virulência vir à tribuna. É preciso que V. Exa. faça antes, um exame criterioso das condições em que se deu o episódio. De qualquer maneira eu reafirmo aqui que não há no ato nenhum, mas nenhum resquício, nenhuma nódoa, nenhum sinal de imoralidade. V. Exa. me desculpe, mas V. Exa. ou tem um conceito de moral que não é o nosso, o ocidental, o usual, ou pelo menos...

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Tal conceito, eu posso reafirmar a V. Exa. que o meu conceito de moral é universal, não é estadual, nem local, nem nacional. O conceito de moral que eu tenho é universal. Antes, nobre Deputado, ser viril com os grandes, que com os pequenos, em defesa do interesse público. Há muitos anos, quando fui Vereador pela primeira vez na minha cidade de Paranaíba, declarei: — Em defesa do interesse público não tenho amigo, nem inimigos. O meu maior amigo é o interesse público. Estou nessa função para defender o interesse público. E me perdore V. Exa., nobre líder do Governo, que está aqui fazendo uma brilhante defesa de S. Exa., o Governador, mas é preciso que a Oposição seja realmente oposição. Que saiba definir-se. Na hora de se dizer que o Governo agiu indevidamente, que foi ferido o princípio de moralidade, quer seja ele Governador do Estado, quer seja membro do Poder Judiciário, nobre Deputado. Paranaíba foi palco de um espetáculo deprimente. O Corregedor Geral da Justiça, portador de uma procuração do tempo do Sr. Ney Braga, para receber um terreno doado ao Estado, ele, recebendo uma procuração do Diretor do Patrimônio, que foi outorgada por S. Exa. o Governador Ney Braga, em 1961, ao Diretor do Patrimônio, e este, subestabeleceu ao Corregedor Geral da Justiça.

Nobre Deputado, é preciso que se diga isso, para que os juízes, no futuro, sejam juízes que venham a emergir do povo, pelas suas luzes, virtudes e desinteresses, isto sim e não juízes que esquecem a lei e fazem como querem e entendem, desde que prevaleça o seu interesse pessoal.

Os juízes, no exercício da função, são capazes de operarem transformações monstruosas das próprias leis — V. Exa. é advogado, sabe disso. Por isso é que nós queremos que se aproximem da divindade. Juízes, como foi aquele italiano, que deixou na Carta, o seu arrependimento e o motivo do seu suicídio, já referido. Nobre Deputado, aqui estou no Paraná, retribuindo um pouco do muito que o Paraná me fez.

Mostrando uma inconstitucionalidade que poderia desaparecer, porque o Executivo é quem iria construir os prédios. Houve uma manobra, esta sim, denunciada por mim, através da presunção, que é indício de prova, séria e grave, para que o Judiciário construísse os seus prédios, para que o Tribunal de Contas, o fizesse. A simples explicação de V. Exa. com relação ao Legislativo não conhecia; mas o certo é que o Governador teria a oportunidade de uniformizar a Lei Orçamentária e não o fez, eivando-a do vício insanável da inconstitucionalidade, que poderá ser declarada, no futuro, pelo Supremo.

É só haver provocação.

Poder Judiciário é Poder que se provoca. Nós, coitados de nós, nós somos os pedintes do povo. Estamos aqui para pedir. Pedimos ao Governador isto e aquilo, pedimos ao Secretário de Segurança Pública constantemente que exonere Delegados de Polícia que cometem arbitrariedades nos nossos municípios.

Nós somos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os pedintes do povo.

O Poder Judiciário não. Este está muito mais alto, lá no pedestal. É o Poder que tem majestade e Poder, nobre Deputado para terminar, que pede, perde a majestade. V. Exa. tem o aparte.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado, a levar às últimas consequências o raciocínio de V. Exa., nós estaríamos sendo desafiados a encontrar um novo modelo. Porque, imagine V. Exa. que o Tribunal de Justiça, como também o Supremo Tribunal Federal, é provisionado através de uma lei orçamentária que o Executivo Federal manda ao Congresso Nacional.

A levar às últimas consequências o vosso raciocínio, é evidente que também o Supremo Tribunal Federal não teria independência para julgar, porque as suas cadeiras, os seus livros, as suas folhas, as máquinas, a sua gráfica, são comprados com o dinheiro...

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — V. Exa. está descendo a detalhes, detalhes tão pequeninos...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Não são detalhes. Estou desafiando V. Exa. para que descubra uma outra maneira do Poder Judiciário ter meios de manter os seus serviços a não ser através...

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — A maneira é aquela que foi dada ao Poder Legislativo: contratar o Tribunal de Justiça através da EMOPAR, empresa pública criada pelo Governo para construção de prédios públicos...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Mas aí sim o Poder Executivo estaria ditando aos outros Poderes de que forma ele iria fazer.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — E de quem é a iniciativa da Proposta Orçamentária? É do Poder Judiciário?

O Sr. Luiz Roberto Soares — ...

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Se é do Poder Executivo, compete a ele, é da competência exclusiva do Poder Executivo. Eu desafio V. Exa. a mostrar na Constituição, que disciplina a competência dos Poderes, se o Poder Judiciário ou o Tribunal de Contas tem o poder de fazer, de construir, que é exclusivo do Poder Executivo.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Eu acredito que seja do Poder Executivo, quando se trata de serviços atinentes àquele Poder. A construção de foro é específica do Poder Judiciário.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O tempo já se esgotou, já discutimos bastante e com desculpas ao eminente Líder da ARENA, e com desculpas aos Srs.

Deputados, em extravasar todos os meus sentimentos, é o que me vai na alma. Daí porque pronunciamentos desta ordem só podem ser feitos de improviso, não obstante as advertências, constitui perigo iminente Deputados, na tribuna, falar de improviso. O pronunciamento terá que ser escrito e lido algumas vezes. É uma consequência do regime. Todos nós queremos que esta Pátria volte ao estado de direito, inclusive o nobre Deputado Luiz Roberto Soares que é um liberal inveterado, reconheçamos.

Todos nós queremos. Todos nós desejamos. O Judiciário independente, autônomo. Pedir é da nossa competência exclusiva. Pedir é nosso dever. Não podemos conferir ao Poder Judiciário o direito de pedir.

Quando pede ao Executivo, perde a sua majestade. Repito uma, duas, três vezes. Mas me parece, nobre Deputado, lamentando como disse o Presidente, não podemos conferir apartes.

Vou deixar a tribuna, sugerindo os melhores votos aos futuros juízes, desembargadores do egrégio Tribunal de Justiça que tenham no exemplo do juiz italiano suicida, a dignidade para o exercício da função. Este é o meu entendimento e assim o desejo, para que o Paraná seja contemplado com um verdadeiro Tribunal de Justiça que possa julgar, independente de pressões.

Não quero ver os meus municípios, os municípios do Estado do Paraná, 298 municípios sofrerem pressões do Poder Judiciário, pressões de desembargadores, pressionando prefeitos que vivem a pedir ao Poder Executivo para facilitar a vida de seus pequeninos municípios.

A dotação orçamentária está aqui: 18 bilhões e 300 mil cruzeiros, verba superior ao orçamento de dois ou três municípios que represento.

Essa verba deveria ser repassada à EMOPAR, empresa de obras públicas, e não entregue ao Poder Judiciário para manipular e pressionar Prefeito do interior.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o Projeto de Lei número 132/77.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Sr. Presidente, o eminente Deputado Waldenício Barbalho fez a apreciação moral e constitucional desse aspecto de nossa Lei Orçamentária.

Fico agora, Sr. Presidente, com o aspecto regimental.

Por isso, pretendo e devo formular Questão de Ordem, levantando-a, procurando fundamentá-la com calma e tranqüilidade, esperando de V. Exa., com calma e serenidade, a decisão.

Ao início da discussão dessa matéria, formulei Questão de Ordem, porque não conseguia, com os fatos que tenho, interpretar, ou bem definir o Regimento Interno, na sua Resolução 17/76, que trata da tramitação da Lei Orçamentária.

Indaguei V. Exa.

V. Exa. foi claro na decisão de minha Questão de Ordem.

Perguntei a V. Exa., em Questão de Ordem: "as emendas ao Orçamento, devem ser apresentadas, aprovadas ou rejeitadas, para que possam ser apreciadas pelo Plenário, há necessidade de outro procedimento regimental?"

Atendida a formulação da apresentação de emenda, indaguei de V. Exa., Sr. Presidente, porque a resolução que trata não é específica, qual o momento propício, qual a oportunidade correta, para se reavivar, para se reativar, uma emenda orçamentária?

V. Exa., Sr. Presidente, veio respondendo a Questão de Ordem, até que, ao final, foi taxativo, claro, conclusivo, peremptório.

Respondeu V. Exa. decidindo a Questão de Ordem: "A Presidência informa V. Exa. a fase para votação das emendas aprovadas, ou rejeitadas, pela Comissão Especial, é exatamente aquela que antecede à primeira discussão e votação da matéria; com análise posterior, ou futura, no segundo turno, em segunda discussão, porque deve-se entender que a terceira discussão será

a fase da redação final."

Ora Sr. Presidente, não entendi. Formulei Questão de Ordem, V. Exa. entendeu e decidiu. O momento correto, regimental, propício, decorrido é, para reativar uma emenda, exatamente aquela, nas palavras de V. Exa., que antecede à primeira discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência...

O SR. ENÉAS FARIA — Eu pretendo concluir com toda a calma.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para que a Presidência possa também, e com toda a calma, anotar as ponderações de V. Exa.

V. Exa. deve, por favor, entender que o destaque, não estando no seu prazo de apresentação do requerimento do destaque determinado, a Presidência recebeu ou receberia ou receberá no futuro, o pedido de destaque antes da votação da matéria.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu vou concluir a questão de ordem, Sr. Presidente.

Estou procurando fundamentá-la, e espero que V. Exa. a devolva fundamentada também, Sr. Presidente, e à luz da decisão que V. Exa. proferiu há poucos minutos atrás.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, a Ordem do Dia, de 22 de novembro, onde consta como último processo em segunda discussão, Projeto de Lei Orçamentária. Vejo, Sr. Presidente, publicados nesta Ordem do Dia, pareceres, votos em separado; e vejo Sr. Presidente, publicado, na forma regimental, e na forma que entende V. Exa., um requerimento apresentado antes da primeira discussão, pelo eminente Deputado Antônio Facci, buscando reativar para apreciação do Plenário as emendas de sua autoria que foram rejeitadas na Comissão. Vejo publicado, Sr. Presidente, requerimento de minha autoria, buscando reativar as emendas que apresentei e que a Comissão entendeu, por maioria, de rejeitar. Não vi publicado, Sr. Presidente, porque não apresentado, o requerimento que deveria reativar, porque aí é da Constituição, e aí é do Regimento Interno, o requerimento que deveria reativar as emendas apresentadas, de autoria do eminente e nobre Deputado Waldenício Barbalho.

Quando diz a Constituição e quando diz o Regimento Interno, que a decisão da Comissão de Orçamento, ao apreciar a Lei Orçamentária é final, tenho para mim que não apresentado o requerimento reativando a emenda aprovada, no prazo ou na oportunidade correta, oportunidade que V. Exa. definiu nesta Casa há poucos instantes, estão as emendas apresentadas pelo eminente Deputado Waldenício Barbalho aprovadas.

Vejo também, Sr. Presidente, pela ata da sessão em que a matéria entrou em primeiro turno, vejo constar o recebimento do requerimento do Deputado Facci, o requerimento de minha autoria; vejo o despacho de V. Exa. encaminhando à Comissão de Orçamento estes dois requerimentos.

Não vi, Sr. Presidente, e não há, porque até aquele momento, até a primeira discussão, posterior à primeira discussão, este requerimento não existiu. Veio a ter este requerimento, Sr. Presidente, à Mesa, depois, em segunda discussão, durante o debate da matéria. Ora, Sr. Presidente, se o requerimento não chegou no momento correto, no prazo certo, em tempo hábil, e V. Exa. dando a interpretação regimental que os mais doutos da Casa conhecem, e que V. Exa. acabou de me aclarar há poucos minutos atrás, de que o momento regimental é correto é o que antecede a primeira discussão, como ficará esta Casa, Sr. Presidente? Aí a indagação da questão de ordem. Como procederá esta Casa?

Ora, não havendo requerimento no tempo hábil, as emendas estariam aprovadas porque a matéria foi aprovada em primeira e segunda discussão; todavia, a Casa, por um lapso — e aqui não quero, Sr. Presidente, longe de mim este pensamento, não quero entender que V. Exa. tenha, ou, que tenha, o eminente Líder da ARENA, induzido a Casa a este lapso — acabou pra-

ticando erro, a Casa acabou votando, desaprovando a emenda, quando já não tinha mais condições de assim proceder.

É esta a indagação.

Como ficaremos?

O Plenário terá condições, ou teve condições, de revogar por um ato próprio — e a soberania do Plenário tem os seus limites, tem seus contornos, tem o seu procedimento, correto, é lógico, nos momentos certos — a Constituição do Estado, e aprovou o requerimento, desaprovando a emenda aprovada, ou, Sr. Presidente, teremos que passar uma borracha, ou seja, desconhecer o que foi aprovado, erradamente, para ter por aprovadas, as emendas do Deputado Waldenício Barbalho?

Era a indagação que procurei fundamentar, Como Deputado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, inicialmente deve informar:

Artigo 35 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo 2º que é, em última análise, redação conferida ao artigo 7º da Resolução 17/67:

“Parágrafo 2º — Os Projetos de Lei referidos neste artigo, somente receberão Emendas, nas Comissões, sendo final o pronunciamento das mesmas, salvo se 1/3 dos membros da Assembléia Legislativa requerer a votação de Plenário, de Emenda aprovada ou rejeitada”.

Verifico, no parágrafo único do artigo 36 da Constituição Estadual:

“Aplicam-se ao Projeto de Lei Orçamentária, no que não contrarie no disposto nesta Seção, as demais normas relativas à elaboração legislativa.”

Se, por um lado, eminente Deputado Enéas Faria, a Presidência, de pronto, ao pretender resolver Questão de Ordem levantada por V. Exa. teria, como o fez, afirmando que o momento de se requerer o destaque na forma do que preceitua o artigo 7º da Resolução 17/67, seria ou da discussão e votação da matéria em primeiro turno, ou, outro lado, eminente Deputado Enéas Faria, a Presidência, com muita atenção que V. Exa. sempre mereceu, preocupou-se em aguardar que V. Exa., na Questão de Ordem tão bem formulada e fundamentada, indicasse o dispositivo constitucional ou regimental, que determinasse, o requerimento, o cumprimento da exigência constitucional e regimental, da apreciação pelo Plenário da Casa, das emendas aprovadas e rejeitadas, no turno de primeira discussão e votação.

Não havendo dispositivo constitucional ou regimental que determine o procedimento e verificando que as emendas só são objeto...

O SR. ENÉAS FARIA — Existe dispositivo regimental, Sr. Presidente — Resolução 17/67.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência está respondendo a questão de ordem — inexistente, na Resolução 17/67, como na Constituição Estadual, na seção que trata da tramitação orçamentária...

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — ... dispositivo...

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência responderá e concederá, embora anti-regimentalmente, a V. Exa. o direito de discordar.

O SR. ENÉAS FARIA — Se for anti-regimental...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência está respondendo à questão de ordem de V. Exa.

Não existe, na Resolução 17/67, aprovada pelo Plenário a 11 de outubro de 1967, com base em fundamentação constitucional, nenhuma exigência de que o requerimento assinado por um terço dos membros desta Casa, em que requerem apreciação no Plenário da Casa das emendas apresentadas na Comissão de Orçamento, aprovadas ou rejeitadas, entende a Presidência, embora possa ter, em princípio, acreditado que a medida devesse ser adotada no turno de primeira discussão, observa que as

emendas só são objeto de deliberação, independentemente de discussão e encaminhamento de votação, no turno de segunda discussão e votação.

A Presidência tem apenso à matéria, ao Projeto de Lei número 132/77, três requerimentos assinados por mais de 18 Srs. Deputados. Um, encabeçado pelo Sr. Deputado Antônio Facci, em que requereu e mereceu destaque para as emendas 12, 13 e 16; outro requerimento encimado por V. Exa., Sr. Deputado Enéas Faria, e pelo Sr. Deputado Accioly Neto, com apoio regimental, em que se requer apreciação, em Plenário, das emendas números 10, 11, 19 e 4; e outro, encabeçado pela assinatura do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, em que pedia destaque para as emendas números 1 e 2.

A Presidência, ao receber os requerimentos, o fez na estrita obediência dos ditames constitucionais e regimentais, contidos na Resolução 17/67 e o Plenário teve, no mesmo turno, o direito de votar as emendas objeto do requerido, nos 3 requerimentos apresentados à Mesa. Não houve, em nenhum instante, o sobrestamento de interesse, do direito do Plenário, em votar as matérias objeto de destaque.

Não vê, a Presidência, tenha esse procedimento, ferido qualquer dispositivo regimental ou constitucional, razão pela qual, considera que a tramitação desta matéria obedeceu, nos seus interstícios regimentais e, também, nos destaques requeridos, a participação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Em última análise, a Presidência define como improcedente toda e qualquer medida capaz de induzir outro procedimento que pudesse reavivar emendas aprovadas ou rejeitadas, desde que final foi a decisão do turno de segunda discussão e votação.

Sobre a Mesa a Presidência anuncia a existência de um requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, sobre prorrogação da presente sessão por mais uma hora.

Em votação. — APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa que esta matéria é votada com a existência de apenas 1/3 da Casa, e visualiza a presença de mais de 18 Srs. Deputados, na Casa.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, não me furte, por gentileza, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência voltará a lhe concederá o desejo no instante em que votar a matéria.

O SR. ENÉAS FARIA — ... Não me furte, Sr. Presidente a oportunidade de aurir conhecimentos com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lê, para conhecimento de V. Exa:

“§ 1º, do artigo 76: “O requerimento objetivando a prorrogação de sessões será escrito, independe de discussão, decidir-se-á por maioria de votos, presentes pelo menos quinze Deputados, na época, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo dessa procrastinação”.

Razão pela qual, 1/3 da Casa deliberará. Existe 1/3 na Casa. Em votação o requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares e os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo, pela ordem, a palavra ao Deputado Enéas Faria. Se V. Exa. pretender verificação de votação a Presidência encaminhará um processo de votação inversa.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu pretendia, Sr. Presidente. Srs.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — V. Exa. não requereu verificação de votação?

Então a Presidência lhe concede a palavra, pela ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, V. Exa. estabeleceu algumas considerações a respeito da decisão que V. Exa. acaba de tomar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Regimentalmente a Presidência deve colocar em votação os requerimentos de prorrogação da sessão, sobre toda e qualquer matéria ou questão de ordem, que porventura esteja em andamento na sessão.

Infelizmente, para V. Exa. esta é a disposição regimental.

O SR. ENÉAS FARIA — Estamos prorrogados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Atendido o Regimento Interno, meu voto é favorável.

Sr. Presidente, ao início da discussão da matéria, indaguei de V. Exa. e V. Exa. diz agora que estriba a sua decisão no fato de não haver ferido o dispositivo regimental e não ter ferido direito.

Sinto-me ferido no meu direito, Sr. Presidente, porque indaguei de V. Exa., em questão de ordem, qual o momento propício e consta das notas taquigráficas a resposta de V. Exa., qual o momento: Seria o primeiro, se antes da 1a., se em 2a. ou se em 3a. discussão.

V. Exa. foi taxativo e me afirmava, como afirmou à Casa, decidindo em questão de ordem de que o momento propício era o que antecedia à primeira discussão.

Levanto pois, Sr. Presidente, nova questão de ordem e já não mais tratando de assunto que poderia eventualmente dizer respeito a este Deputado, mas para entender se estariam aprovadas as emendas do Deputado Waldenício Barbalho.

V. Exa. revogou a decisão de alguns minutos atrás, para dar-lhe nova decisão, um novo entendimento.

Sr. Presidente, eu não votei, não votei em primeira discussão, não votei em segunda discussão e não votarei favorável em terceira discussão.

Por entender o que já entendi e o que proclamei. E agora, com maior razão ainda, Sr. Presidente, deixo de votar favoravelmente por, novamente me isolar sozinho, colocar meu voto contrário a esta matéria.

Mas, veja, Sr. Presidente, quando dizia, que a Casa tinha sido induzida ao erro, nem aí a culpa, se houve, não coube à Presidência, não disse isso, não coube à liderança da Arena e nem coube ao MDB, nem à Liderança do MDB.

A Casa se viu envolta num processo e no seu sentimento acabou agindo, da maneira que agiu.

V. Exa. volta, e decide contrariamente, ao que há pouco decidiu.

Ora, Sr. Presidente, me baseia a decisão, no fato de que não havendo dispositivo expresso no Regimento, V. Exa. se valeria da tramitação normal, como se valeu.

Entendo e tenho para mim, que há dispositivo expresso, há um capítulo inteiro do Regimento Interno, tratando da tramitação da Lei Orçamentária na Casa.

Portanto, não se pode valer e não se vale, Sr. Presidente, de nenhum outro dispositivo regimental.

A regra, a norma fundamental aqui está. E se há omissão, e se há dúvida, neste capítulo que trata da matéria, me parece que o socorro não pode ser buscado nos outros dispositivos regimentais, porque tem um rito especial, porque tem um rito diferente, porque tem uma tramitação "sui-generis".

Tanto é, Sr. Presidente, que não comporta uma quarta

votação, e isso ocorre em todas as demais matérias, não comporta a quarta votação.

Não comportando a quarta votação, não comportaria de apresentar-se agora, emenda, ou que reativasse emenda.

E aí, o direito ferido Sr. Presidente, porque quando indaguei de V. Exa., de início, e V. Exa. decidiu diante da omissão do Regimento Interno, de que o momento era aquele, me calei e guardei comigo a intenção, Sr. Presidente, de reativar algumas emendas rejeitadas.

Porque V. Exa., me seccionou de imediato a intenção e o direito de fazê-lo.

Para depois, então, Sr. Presidente, para resolver caso emergente, decorrido da decisão de V. Exa., voltar atrás da decisão.

Revogá-la e aplicar um novo caminho, vedando então e me conferindo então, o direito de reapresentar emenda, o direito de reativar emenda, e gerar, e não faria isso, Sr. Presidente, mas geraria um problema insolúvel pela Casa, porque a matéria em específico, o Regimento, a matéria só comporta três discussões. E a terceira, é a última, decisiva e final.

E sinto, Sr. Presidente, diante da maneira como V. Exa. conduziu o entendimento para prolatar a decisão final, sinto ferido no meu direito, na minha prerrogativa e na ação de como Deputado da Casa.

Tinha de dizer isso, tinha de afirmar isso, Sr. Presidente, para dizer mais, que a Casa, eu não sei, qual a sua tradição neste sentido.

Mas, que a Casa deveria guardar e guardar com carinho e com zelo, as decisões proferidas pela Mesa, nos casos omissos. Ou nas interpretações do Regimento Interno.

Porque hoje, se profere uma decisão, porque hoje se sana uma dúvida, porque hoje, se tem um entendimento, ao sabor de uma circunstância, para atender um problema emergente, e amanhã ou depois, ou em questão de minutos, quando são diversas as circunstâncias, quando o momento é inoportuno, esta decisão já não vale, para valer uma outra.

Creio para mim e ofereço, se não existe, Sr. Presidente, como sugestão para o bom encaminhamento das coisas desse plenário, que a Mesa recolhesse, em livro próprio, as decisões proferidas, em questões de ordem, dirimindo dúvidas e expondo interpretações.

Porque elas são finais, a palavra da Presidência é final, em questão de ordem. E deve ser portanto, e deve funcionar, portanto, Sr. Presidente, como jurisprudência.

Eu vou encerrar, mas quero apenas deixar registrado, o que ocorreu.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência, antes de conferir a palavra ao eminente Deputado Gilberto Carvalho, tem o dever de dar ao eminente Deputado Enéas Faria, o que entende sobre a decisão e informação.

A Presidência não voltou atrás de qualquer decisão. A Presidência, no início, da discussão da matéria em pauta, argüida sobre a oportunidade da apresentação de requerimentos solicitando apreciação pelo Plenário de emendas aprovadas ou rejeitadas pela Comissão de Orçamento, informou considerar, a oportunidade no turno de primeira discussão e votação. A Mesa não decidiu questão de ordem, a Presidência, portanto, não revogou uma decisão anterior.

A Presidência pode ter, ao ter informado, S. Exa. o Deputado Enéas Faria, cometido um erro, que não importou, absolutamente em prejuízo de qualquer decisão do douto Plenário.

A Presidência vai mais longe, a Casa não foi induzida a erro. O recebimento do requerimento à época em que foi apresentado, não feriu ditame constitucional, ou dispositivo regimental. E a Presidência, com base no que lhe confere o parágrafo 1o. do Artigo 97, decidiu, definitivamente, a questão

de ordem. E pede ao eminente Deputado que observe no futuro ao que dispõe o parágrafo 5o. do artigo 97 do Regimento Interno.

Em discussão o Projeto de Lei número 132/77.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, creio que perdia a oportunidade, mas com base no artigo 97, parágrafos 1o. 2o. e 5o., nós estamos, Sr. Presidente, desde às 18,00 horas, em questão de ordem. No "Parágrafo 1o. — Todas as questões de ordem claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pela Presidência da Assembléia." O que foi resolvido por V. Exa.

"§ 2o. — Nenhum Deputado poderá exceder ao prazo de 10 minutos para formular uma ou simultaneamente mais de uma questão de ordem".

E nós estamos há meia hora numa questão de ordem.

§ 5o. — que V. Exa. acaba de referir nesse instante: "Sobre uma mesma questão de ordem, cada Deputado poderá falar somente uma vez."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em discussão a matéria. Encerrada a discussão. Em votação.

Em votação o Projeto de Lei número 132/77. Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão. Aprovado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere.

(Faz soar os tímpanos)

A Presidência defere o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz e fará a verificação de votação. E chama a atenção dos Srs. Deputados que na verificação de votação regimentalmente, será colocada a matéria de forma inversa à consideração do Plenário.

Em votação o Projeto de Lei número 132/77. Srs. Deputados que o aprovam queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam queiram levantar-se (Pausa).

13 Srs. Deputados aprovam; 9 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem. requeiro que se proceda a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere. Solicito, que depois de advertidos os Srs. Deputados, o Sr. 1o. Secretário faça a chamada nominal para constatação de "quorum" regimental.

(O Sr. 1o. Secretário procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Responderam a chamada 29 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

Em votação o Projeto de Lei número 132/77.— APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 110/77, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO CATÓLICA FILANTRÓPICA SANTA EFIGÊNIA — "ACAFISE", com sede nesta capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 151/77, de autoria do Deputado PAULO CAMARGO, que declara de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE PARAÍSO DO NORTE, com sede e foro na cidade de Paraíso do Norte. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 155/77, de autoria do Deputado MAURÍCIO FRUET, que declara de utilidade pública o INSTITUTO RIOMAFRENSE DE BEM ESTAR DO MENOR — IRBEM, com sede e foro na cidade de Rio

Negro. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 113/77, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE DAS SENHORAS SÍRIAS LIBANESAS", com sede e foro nesta capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 113/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE DAS SENHORAS SÍRIAS LIBANESAS", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1.977.

(a) FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja reconhecida como de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria, conforme a documentação que anexo apresentamos.

Além disso, as atividades no âmbito da filantropia que a Sociedade vem prestando à comunidade de nossa Capital, já lhe valeu o respectivo reconhecimento público municipal através da Lei número 5.606 de 13/07/77.

A relação das atividades apresentadas pela entidade, por si só já justificam plenamente o reconhecimento público estadual.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 113/77.

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, o presente Projeto de Lei número 113/77, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Sociedade Beneficente das Senhoras Sírias Libanezas", com sede e foro nesta Capital.

Analisando-se o processo, através da justificativa e a documentação apresentada pelo seu autor, temos que a entidade preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1.977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 118/77, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social Evangélico, com sede na cidade de Irati. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

Projeto de Lei número 118/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICO, com sede na cidade de Irati.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1.977.

(Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

O SERVIDOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICO (SASE), da cidade de Irati, é uma associação civil, de assistência e promoção social, constituindo uma obra filiada e mantida pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com fins de manter assistência integral aos necessitados, através de concessão de auxílios, remédios, aconselhamento e orientação moral e espiritual aos necessitados; sendo justo portanto, seu reconhecimento de Utilidade Pública, para o que espera a acolhida dos nobres Pares por ser de justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 118/77.

De autoria do nobre Deputado Augusto Carneiro, o presente Projeto de Lei número 118/77, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Serviço de Assistência Social Evangélico, com sede na cidade de Irati.

Da análise do processo, através da justificativa e da documentação encaminhadas pelo seu autor, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 372/77, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que altera o artigo 1o. da Resolução número 37/72, ou de 04/12/72. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, na qualidade de Líder do Governo e ARENA, designando os Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Luiz Gabriel Sampaio e Erondy Silvério, para compor a Comissão Especial que examinará Emenda Constitucional que acrescenta novo artigo às Disposições Transitórias da Constituição Estadual.— Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, indicando para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito do Instituto de Previdência do Estado, os Srs. Deputados Erondy Silvério, Gabriel Manoel, David Federmann e Francisco Escorsin.— Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 128/77.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 23o. aniversário de emancipação política do Município de Engenheiro Beltrão.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 16o. aniversário de emancipação política do Município de São Miguel do Iguçu.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do 13o. aniversário de emancipação política do Município de Nova Cantu.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Santa Helena, pelo 9o. aniversário de emancipação política.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Romeu Felipe Bacellar".— APROVADO. (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação do Ferro e Aço do Paraná, que fará realizar em nossa Capital, de 1o. a 4 de dezembro vindouro, o I Seminário Siderúrgico do Sul do País.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Agricultura, em forma de apelo, visando estabelecer medidas no território estadual concernentes a fiscalização industrial e sanitária, bem como a fixação de critérios a serem adotados por parte das pequenas e médias empresas.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, lido da tribuna, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministros da Agricultura, das Minas e Energia e Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, encarecendo a necessidade da imediata regulamentação do Decreto número 79.898.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, no sentido de que determine providências para a abolição da exigência de atestados de vida às pensionistas daquela autarquia.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, pleiteando a criação e instalação de Escola de 1o. grau na sede do Santa Mônica Clube de Campo, localizado no Município de Colombo. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Laertes Moreira e ao jornal "Gazeta do Povo" pela regularidade e pela importância da veiculação da página "Interior em Foco".— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando a inserção nos Anais da Casa, da Resolução número 03, de 12 de outubro de 1977, baixada pela Secretaria do Interior deste Estado e da Portaria número 03/77 — ARH SEIN da Superintendência Administrativa de Recursos Hídricos, deste Estado.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando voto de louvor à Câmara Municipal da cidade de Goioerê, destacadamente aos Vereadores José de Albuquerque Cavalcante e George Gonçalves Paiva, pelo fato de haverem iniciado a campanha tão esperada de implantação de indústrias em Goioerê.— Em discussão.— Encerrada a discussão.— Em votação.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Para encaminhar a votação. Sr. Presidente, pedimos a palavra para, evidentemente, aprovando o requerimento do nobre Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, aprovar também suas palavras, quando Sua Excelência enaltece a Câmara Municipal de Goioerê por uma medida justa, ou seja, o trabalho de implantação de área industrial no Município de Goioerê; congratulo-me com Sua Excelência também, quando faz menção, justa menção ao trabalho que vem desenvolvendo nesse sentido, o Prefeito Municipal, Luiz Kamide, para que Goioerê, o mais breve possível veja, naquele município, a implantação do Parque Industrial.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o trabalho do Sr. Prefeito, o trabalho dos Srs. Vereadores, o trabalho da Associação Comercial e Industrial de Goioerê está se fazendo

presente, haja visto recente contáto que mantivemos com autoridades desse setor, autoridades estaduais, ou seja, a Secretaria da Indústria e Comércio, e a Diretoria do BADEP, para que fossem a Goioerê fazer uma palestra junto aos Srs. Vereadores, junto às entidades de classe representadas pela Associação Comercial e Industrial de Goioerê, e nesse sentido, Sr. Presidente, já foi enviado um ofício a essas autoridades, para que lá compareçam, para que Goioerê venha a ter o seu Parque Industrial tão almejado e tão desejado como foi mencionado no requerimento que ora aprovamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação o requerimento.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao General Samuel Correa Alves, pela promoção ao posto máximo da hierarquia militar.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo providências quanto à iminente extinção do Colégio São José, situado na sede do Município de Paranaguá.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Secretários dos Recursos Humanos e da Educação e Cultura, encarecendo providências em favor do professor inativo.— Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Secretário da Educação e Cultura e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo a conclusão e divulgação ampla, ainda este ano, do regulamento do concurso para professoras a ser realizado no próximo ano, bem como a fixação da data do concurso, solicita também a reformulação do Estatuto do Magistério e da tabela de vencimentos. Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Alfredo Gulin e David Federmann, lido da tribuna, solicitando o envio de inteiro teor do pronunciamento feito em sessão plenária desta data, aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Secretário da Agricultura, através do qual, em nome do povo de Tibagi, reivindica a pavimentação da estrada que liga aquela cidade à Rodovia do Café.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Instituto Nacional de Previdência Social, em forma de pedido de informações, com referência à insalubridade.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DNER, para proceder ou autorizar a construção de acesso para o Posto de Abastecimento, na BR-369 onde faz entroncamento com a PR-239, trecho Nova Aurora.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Finanças, em forma de pedido de informações sobre quais os instrumentos legais que estabelecem e disciplinam o inter-relacionamento havido entre o fisco e contribuinte, e o que determinam.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no Plano Estadual de Pavimentação, o acesso de Cafelândia a BR-369, rodovia que liga Campo Mourão a Cascavel.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente ao Banco Central do Brasil, indagando se existem instrumentos legais que amparem a obrigatoriedade imposta por estabelecimento bancário que exigem junto às suas agências, a efetivação de seguro pessoal, para fins de financiamentos.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, consubstanciado em pedido de informações, com referência a diversos itens no interesse do magistério e referente ao Edital de Chamamento número 02/77.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de solidariedade aos trabalhadores brasileiros na sua luta para obter a reposição salarial que lhes é devida.— Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência atende e solicita aos remanescentes Deputados Estaduais, que tomem seus devidos lugares para possibilitar à Presidência visualizar a contagem dos votos.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa) Seis Srs. Deputados aprovam. Três Srs. Deputados rejeitam.— Não há “quorum” para deliberação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

Só para indagar, Sr. Presidente, desta Casa, principalmente de V. Exa., se a matéria que não foi aprovada e nem rejeitada, pois tive oportunidade de ver em diversos matutinos desta e de outras cidades, e também em emissoras de rádio a divulgação como sendo matéria aprovada. E o que me parece, Sr. Presidente, não calha bem para a Assembléia, e não sabemos por que fontes estão saindo estas notícias, visto que hoje a mesma não foi aprovada e já o Deputado Osvaldo Macedo, autor do requerimento tem ela em toda a imprensa escrita, falada e não me lembro se televisionada também, como aprovada por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem razão em se rebelar, porquanto esta Casa, através do douto Plenário não se pronunciou, favorável ou contrariamente à matéria.

A Presidência lembra aos eminentes Deputados, que estará na Ordem do Dia da sessão de amanhã, a proposição número 537/77, consubstanciada em emendas propostas à Constituição do Estado do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 144/77.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 107/77, 151 e 155/77.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 113 e 118/77, e de Resolução números 373/77.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 94/77, 115,

143 e 128/77 e da Proposição número 537/77.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM SESSÃO
REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1977.**

ROMEU FELIPE BACELLAR

Edmar Machado

O Dr. Romeu Felipe Bacellar, filho de Brasília Bacellar e de Leonor Rauen Bacellar, nasceu na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina, no dia 8 de maio de 1.920.

Cursou com raro brilhantismo a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, onde formou-se no dia 19 de dezembro de 1.948.

Tendo contraído núpcias com D. Miriam Portugal Bacellar, filha do saudoso e eminente Desembargador Clotário de Macedo Portugal, passou a cultivar seu amor à justiça paranaense.

Assim, após memorável concurso de títulos e provas realizado no Tribunal de Justiça do Estado, foi nomeado para o cargo de Diretor Secretário, no dia 01 de julho de 1.952.

Naquela época, todo o serviço burocrático do Tribunal, tais como, assentamentos funcionais de magistrados, confecção de folhas de pagamento, etc., era feito pela Secretaria do Interior e Justiça.

O novo Diretor Secretário, apoiado pelo então Presidente, o dinâmico Desembargador Munhoz de Mello, trouxe para sua responsabilidade todo aquele serviço.

Em outubro de 1.957, em sessão do Conselho Superior do Ministério Público, Romeu Bacellar recebeu um voto de louvor proposto pelo Dr. Guilherme de Albuquerque Maranhão, pelo fato de ter reeditado a Lei de Organização Judiciária do Estado e o Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Justiça.

Organizou e publicou por muito tempo a Revista "FORUM", especializada na divulgação da Jurisprudência da nossa mais alta corte de Justiça.

Por esse motivo, em agosto de 1.963 recebeu um voto de congratulações na Câmara Municipal de Curitiba, proposto pelo então Vereador José Maria Azevedo.

Em janeiro de 1.968 aposentou-se à pedido do cargo que tão brilhantemente vinha exercendo.

Sua Excelência, o homenageado de hoje é um dos componentes da Turma "Des. Hugo Simas".